Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Inês Alegria Martins Gonçalves

Projeto de Conservação Adaptativa dos Pavilhões do Parque D.Carlos I: Um Património Termal no coração das Caldas da Rainha

julho de 2026

Projeto de Conservação Adaptativa dos Pavilhões D.Carlos I:
Um Património Termal no coração das Caldas da Rainha
Inês Gonçalves
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Inês Alegria Martins Gonçalves

Projeto de Conservação Adaptativa dos Pavilhões do Parque D.Carlos I: Um Património Termal no coração das Caldas da Rainha

[Volume I]

Trabalho de Projeto
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Construção e Tecnologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Vincenzo Riso

julho de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Vincenzo Riso, pelo acompanhamento, pela disponibilidade e pela partilha de conhecimento e ajuda fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

A todas as entidades e aos cidadãos da cidade das Caldas da Rainha que, de forma generosa, se disponibilizaram para colaborar e contribuir para a investigação. Um agradecimento especial à Tânia Jorge, pelo seu profissionalismo, e partilha de conhecimento.

Aos meus pais e irmão que mesmo a 300 km de distância, nunca faltou apoio, força e motivação, não só nesta fase, mas ao longo de todo o curso.
Ao meu padrinho e ti-madrinha pelo apoio e dicas que nunca faltaram.
A toda a família pela força e apoio em cada desafio.
Aos meus amigos, que tornaram este percurso mais leve, nesta aprendizagem atribulada.
Ao Pedro, pelo apoio constante e por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava.
E aos meu animais - Madame e Pompeia, pelo conforto e calma especiais.

Por fim, um agradecimento especial ao Professor António Ferreira, de Geometria, que cultivou em mim o bichinho da arquitetura, por me ter dado a conhecer os primeiros livros e as grandes referências desta área.

RESUMO

Os Pavilhões do Parque D. Carlos I datados a 1894, situados na cidade das Caldas da Rainha, fazem parte de um projeto termal inacabado. Ao longo dos anos foi abrigando várias causas, encontrando-se atualmente sem uso e, por esse motivo, em progressivo estado de degradação.

Estes Pavilhões foram uma resposta ao plano de reforma dos banhos Caldenses como projeto de ampliação do Hospital Termal D. Leonor.

O prolongado estado de abandono a que o edifício tem sido sujeito desde o início do século XXI – interrompido apenas por algumas utilizações esporádicas até 2017 – aliado à incógnita do seu futuro, levantam diversas questões para os habitantes da cidade, que tanto idolatram este imponente edifício no coração da cidade termal.

Estes Pavilhões não só representam um importante testemunho do património termal em Portugal, como carregam uma identidade arquitetónica singular que dialoga com o parque que os envolve, e com o tecido urbano da cidade.

É devido à sua relevância histórica e localização estratégica que se torna claro a necessidade de uma mudança paradigmática em relação a este património negligenciado.

Assim, propõe-se uma intervenção no âmbito da reabilitação que reforce simultaneamente a articulação dos Pavilhões com a cidade e com a comunidade local. A proposta visa uma solução arquitectónica autónoma, concebida de forma a apoiar-se na estrutura existente e a respeitar os seus elementos característicos, sem comprometer a integridade arquitectónica nem a percepção visual do edifício.

A Reabilitação dos Pavilhões pode garantir a sua continuidade no tempo, respeitando a memória do passado e as exigências do presente, sem comprometer ambas.

Palavras chave

Pavilhões do Parque D.Carlos I, Caldas da Rainha, Hospital termal D.Leonor, Articulação entre novo e existente, Intervenção não intrusiva

Adaptive Conservation Project of Pavilhões do Parque D. Carlos I: A Thermal Heritage in the heart of Caldas da Rainha

ABSTRACT

Pavilhões do Parque D. Carlos I, dating from 1894 and located in the city of Caldas da Rainha, are part of an unfinished thermal complex. Over the years, they have hosted a variety of functions, but are currently unused and, as a result, are in a progressive state of deterioration.

These building were conceived as a response to the reform plan for the Caldas thermal baths, as part of a project to expand the Thermal Hospital D. Leonor.

The prolonged state of abandonment to which the building has been subjected since the beginning of the 21st century — interrupted only by occasional and temporary uses until 2017 — together with the uncertainty regarding its future, raises several concerns among the city's inhabitants, who deeply admire this imposing building located in the heart of the thermal city.

These building not only represent an important testimony to Portugal's thermal heritage, but also embody a singular architectural identity that engages in dialogue with the surrounding park and the urban fabric of the city.

Due to their historical significance and strategic location, the need for a paradigm shift in relation to this neglected heritage becomes clear.

Therefore, an intervention focused on rehabilitation is proposed, aiming to strengthen the relationship between the pavilions, the city, and the local community. The proposal envisions an autonomous architectural solution, designed to rely on the existing structure while respecting its characteristic elements, without compromising the architectural integrity or the visual perception of the building.

The rehabilitation can ensure their continuity over time, respecting the memory of the past while addressing the demands of the present, without compromising either.

Keywords:

Pavilhões do Parque D.Carlos I, Caldas da Rainha, Thermal Hospital D.Leonor, Articulation between new and existing, Non-intrusive intervention

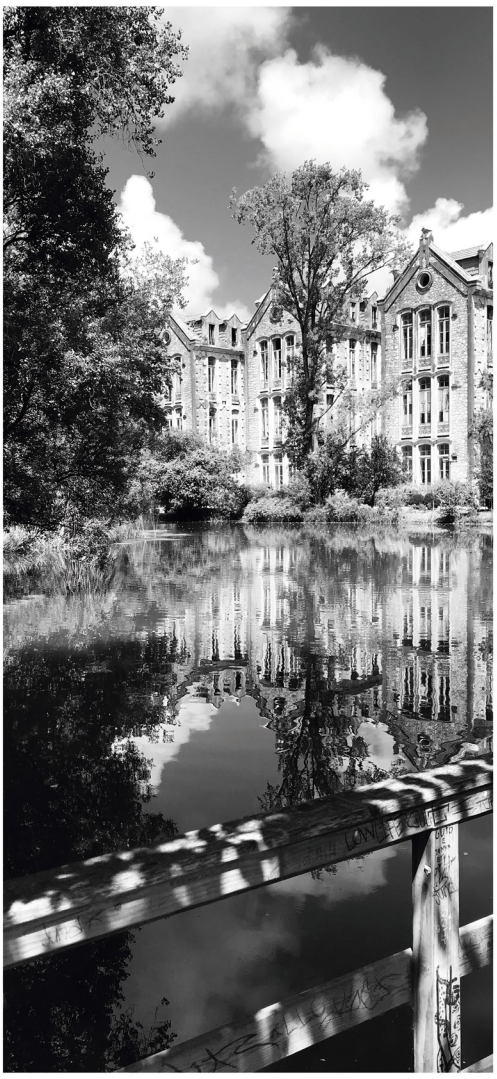
ÍNDICE

AGRADECIMENTOS VII
RESUMO IX
ABSTRACT XI

I.
INTRODUÇÃO

OBJETIVO E ESTRUTURA METODOLÓGICA DO TRABALHO 3

REFLEXÃO SOBRE A LIGAÇÃO CULTURAL AO RESTAURO DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO 7



II.
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANO

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DO PARQUE D. CARLOS I NA CIDADE DAS CALDAS DA RAINHA 13

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEXTO URBANO 19

OS PAVILHÕES NO TEMPO: CONSERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES 25

A ORIGEM DO PARQUE 29

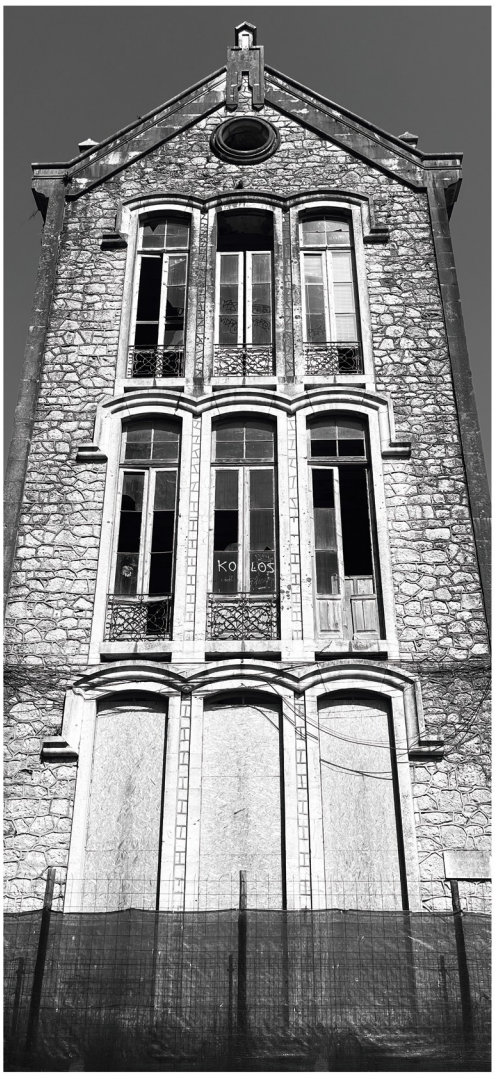
CONTEXTO URBANO: OS PAVILHÕES D. CARLOS I PELOS OLHOS DOS CALDENSES 31



III.
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REFERÊNCIAS DE PROJETOS

ESTUDO DOS PAVILHÕES: ARQUITETURA E MATERIALIDADE 37

ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO 49



IV.
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

CONCEITO E IDEIA DE PROJETO NA ARTICULAÇÃO ENTRE O NOVO E O EDIFICADO EXISTENTE 55

PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL 57

INTERVENÇÕES ARQUITETÓNICAS PROPOSTAS 67



REFLEXÃO FINAL 73
BIBLIOGRAFIA 75



I.

INTRODUÇÃO

"(...) o futuro dos Pavilhões do Parque passa por se encontrar uma adequada reutilização que justifique um projecto de reabilitação arquitectónica. Trata-se de recuperar um edifício emblemático na Cidade e, por isso, impõe-se escolher a opção certa." (Mangorrinha, 1999, pp.37)

<

FIGURA | 1
Pavilhões do Parque D.Carlos I, fotografia tipo postal

OBJETIVO E ESTRUTURA METODOLÓGICA DO TRABALHO

O objetivo central da tese propõe um estudo histórico que culmina num projeto de reabilitação dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, localizados na zona histórica das Caldas da Rainha. Este edifício, ligado à história termal da cidade, são um resultado de uma ampliação do Arquiteto Rodrigo Berquó em 1894, do Hospital termal D. Leonor. A proposta visa estudar e analisar o papel histórico e cultural do edifício - as razões que levaram à sua construção, o diálogo entre o Hospital antigo (D. Leonor) e a ideia de uma visão romântica ao passear no Parque D. Carlos I que o envolve - culminando num projeto de reabilitação dos Pavilhões respeitando a sua história e localização.

A intervenção tem como objetivo um projeto que assegure a continuidade dos Pavilhões que apesar de terem exercido várias funções, pararam no tempo e nunca exerceram a função para a qual foram construídos, conjugando a preservação da memória histórica com as necessidades e exigências funcionais contemporâneas. Propondo então uma valorização e reintegração das estruturas atualmente abandonadas, perpetuando este património arquitetónico singular que não deixa ninguém indiferente, e preservando a cultura da cidade das Caldas da Rainha que tem nos pavilhões uma imagem de marca da cidade mesmo em estado de abandono.

O trabalho estrutura-se em diferentes fases de análise e reflexão. Numa primeira fase, é desenvolvido um enquadramento histórico e urbano dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, permitindo compreender a sua origem, evolução e relação com o parque e com o tecido urbano envolvente. Seguidamente, realiza-se uma análise arquitetónica do edifício, identificando os elementos que definem a sua identidade e o seu potencial de intervenção. Posteriormente, são analisados casos de estudo no âmbito da reabilitação arquitetónica, particularmente na integração de estruturas contemporâneas em património existente. De seguida, é elaborada a nossa proposta de intervenção que procura equilibrar a preservação da memória do lugar com novas possibilidades de utilização.



FIGURA | 2
Pavilhão central da fachada com frente para Parque D. Carlos I, 2026



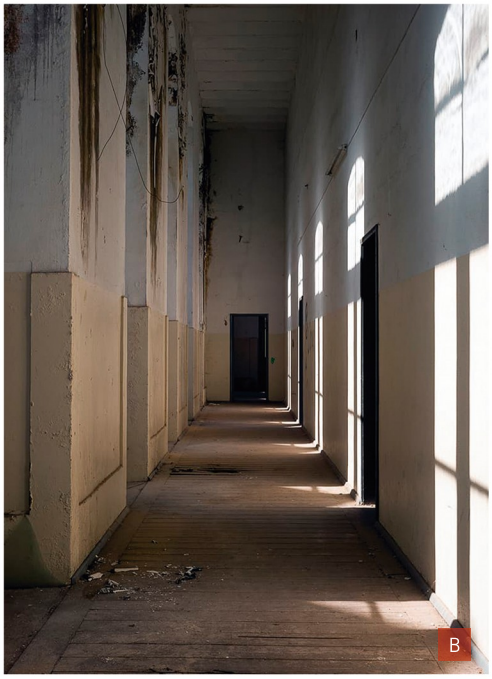




FIGURA | 3 A a C
Estado de abandono no interior dos Pavilhões

REFLEXÃO SOBRE A LIGAÇÃO CULTURAL AO RESTAURO DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

"O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto do saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso "desejo de arte": neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história". (Choay, 2006)

A relação de uma sociedade com o tempo e sua herança cultural é determinante para estabelecer como os edifícios históricos serão preservados ao longo dos anos. O excerto retirado do livro "A Alegoria do Património" de Françoise Choay (2006), a autora faz uma crítica da evolução histórica e filosófica do património cultural, estabelecendo relações entre o tempo e a comunidade. Como o tempo define a perceção do património através de um testemunho "vivo" ou de um objeto vinculado ao passado. Esse vínculo surge a partir da vivência e das práticas culturais da comunidade.

Neste contexto, os Pavilhões do Parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha, assumem-se como um exemplo paradigmático desta tensão entre memória e presente. O edifício encontra-se profundamente vinculado a um passado marcado por expectativas de grandeza e por um projeto que ambicionava um desenvolvimento termal da cidade. No entanto, o facto de este projeto ter permanecido incompleto contribuiu para que o edifício ficasse suspenso entre a promessa de um futuro grandioso e a realidade do abandono progressivo. Esta condição confere-lhe um valor simbólico particular, enquanto testemunho de um momento histórico e das ambições que marcaram a evolução da cidade.

A presença da comunidade e a forma como esta se relaciona com o edifício desempenham, assim, um papel fundamental na definição do seu futuro. A maneira como os caldenses olham para este património, os significados que lhe atribuem e alguns as memórias que falam com tristeza no olhar, tornam-

se essenciais para compreender a sua importância no contexto urbano e cultural das Caldas da Rainha. A interação da população, contribui para a construção de uma identidade coletiva que ultrapassa a dimensão meramente arquitetónica.

Contudo, o prolongado estado de abandono coloca em risco essa relação entre o edifício e a comunidade. Se não for objeto de uma intervenção que lhe devolva uma função contemporânea e uma presença ativa na cidade, os Pavilhões vão ser progressivamente num elemento meramente contemplativo da paisagem do parque - uma "estátua arquitetónica" que se junta ás varias estátuas distribuídas pelo parque -, sem uso e cada vez mais distante da população. À medida que a ligação com a comunidade enfraquece, o edifício corre o risco de cair no esquecimento.

No artigo "Os Pavilhões do Parque (Caldas da Rainha) e a Problemática da Sua Conservação", escrito por Cláudia Feio (2010), explora a história e a importância cultural dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, um marco significativo na cidade das Caldas da Rainha. Além de discutir a arquitetura e a evolução do termalismo na região, o texto também se debruça sobre a perceção da população local em relação a esses edifícios históricos. Esta perceção é feita a partir de inquéritos, com o intuito de entender o nível de conhecimento dos caldenses sobre os Pavilhões.

"As conclusões que retiramos deste inquérito são que a maioria dos que souberam responder acertadamente está na faixa etária dos 50-60 e 60-70 anos, com a escolaridade primária ou básica. Parece que são estes cidadãos que ainda guardam alguma memória da história dos Pavilhões e os que aparentam estar mais atentos às notícias sobre a questão da reutilização dos Pavilhões. Os mais jovens, e até os que têm mais escolaridade, parecem mais alheados do seu património, embora estranhem o facto de estes edifícios tão grandiosos estarem ao abandono, sem uma justificativa para a sua presença, passada ou futura."

Isso evidencia a ligação que está a ser perdida no reconhecimento deste património histórico da cidade, destacando a importância de promover maior conscientização e educação sobre o valor histórico e patrimonial dos pavilhões. No entanto as respostas revelam um desejo de manter viva a memória dos Pavilhões através da sua preservação, achando crucial para a

identidade da cidade. “todos, sem exceção, concordaram com a sua preservação e salvaguarda, embora poucos apresentem soluções para a sua reutilização, preferindo generalizar para uma função que seja útil para as Caldas”.



II.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANO

"Nas Caldas da Rainha, se há edifício que pode ostentar o título e a representatividade de ícone da cidade é o conjunto formado pelos Pavilhões do Parque. De certo modo, também ele podia ser classificado como um desastre urbanístico. Projectado como Hospital em Março de 1893, veria a sua conclusão interrompida com a morte do seu arquitecto, Rodrigo Maria Berquó, em 1896. E jamais preencheria as funções que o seu criador lhe definira." (Serra, 2016).

<
FIGURA | 4
Enquadramento do Parque D.Carlos I, vista área, 2025

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DO PARQUE D. CARLOS I NA CIDADE DAS CALDAS DA RAINHA

Inseridos no interior do Parque D. Carlos I, os Pavilhões integram um espaço verde de elevada relevância urbana, considerado o pulmão da cidade. Localizado na área histórica das Caldas da Rainha, numa zona central do tecido urbano, assumindo um papel estruturante na organização, qualificação e valorização do espaço urbano envolvente.

A sua posição estratégica funciona como um elemento articulador entre diferentes espaços públicos, equipamentos culturais e património histórico, ao mesmo tempo que consolida a importância do parque enquanto referência social e cultural no contexto urbano.

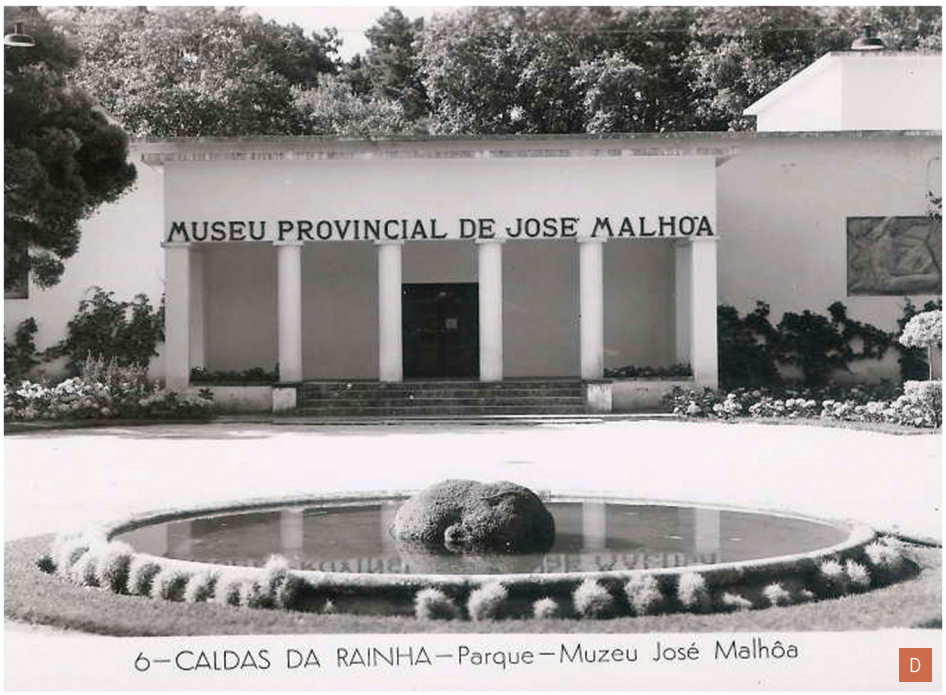
Todas as infraestruturas relevantes da cidade com valor histórico e cultural encontram se sua envolvente. Entre estas destacam-se diversos elementos de património arqueológico, como a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, a Praça da República - popularmente conhecida como Praça da Fruta - e a Rotunda da Rainha D. Leonor.
No domínio do património cultural, salienta-se o Chafariz da Rua Nova, o Chafariz das Cinco Bicas, o Chafariz da Estrada da Foz, o edifício dos Paços do Concelho de Caldas da Rainha, a Ermida de São Sebastião e a Ermida do Espírito Santo. No interior do próprio parque destaca-se ainda o Museu José Malhoa, instituição museológica de referência na cidade.
A este conjunto soma-se igualmente a proximidade de importantes edifícios arquitectónicos e culturais da infraestrutura termal que caracteriza historicamente as Caldas da Rainha, nomeadamente o Museu do Hospital e das Caldas, o Museu de Cerâmica, o Centro de Artes de Caldas da Rainha - constituindo por um conjunto importante de núcleos museológicos, como o museu de Leopoldo de Almeida - a Fábrica da Bordalo Pinheiro e antigo Hotel Lisbonense.

No seu conjunto, estes equipamentos contribuem para consolidar esta área como um dos principais polos patrimoniais, culturais e históricos da cidade, reforçando simultaneamente a importância urbana e simbólica do parque e dos pavilhões nele inseridos.

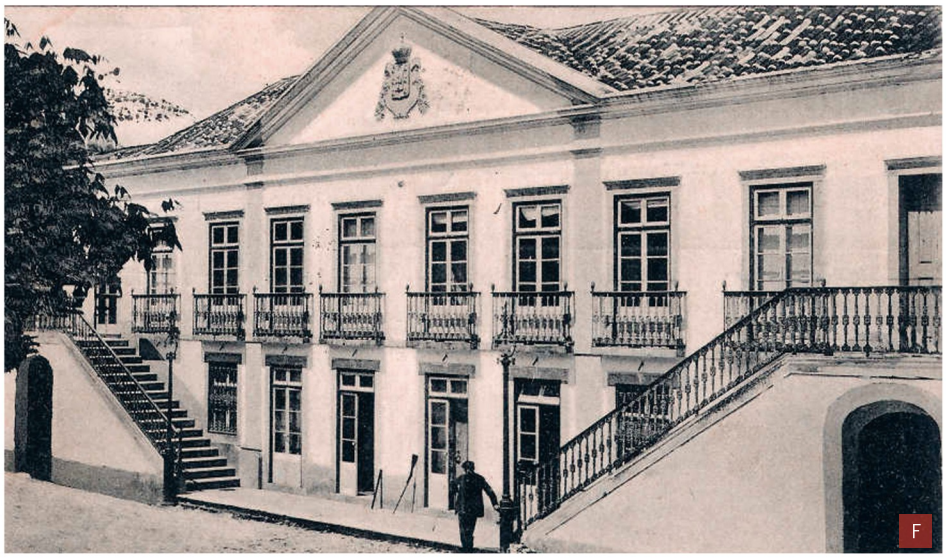












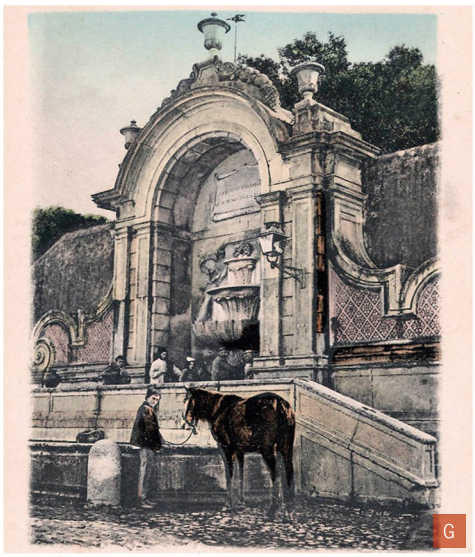


FIGURA | 5 A a G
Infraestruturas relevantes das Caldas da Rainha, postais ilustrados



A


B


C



D


E


F

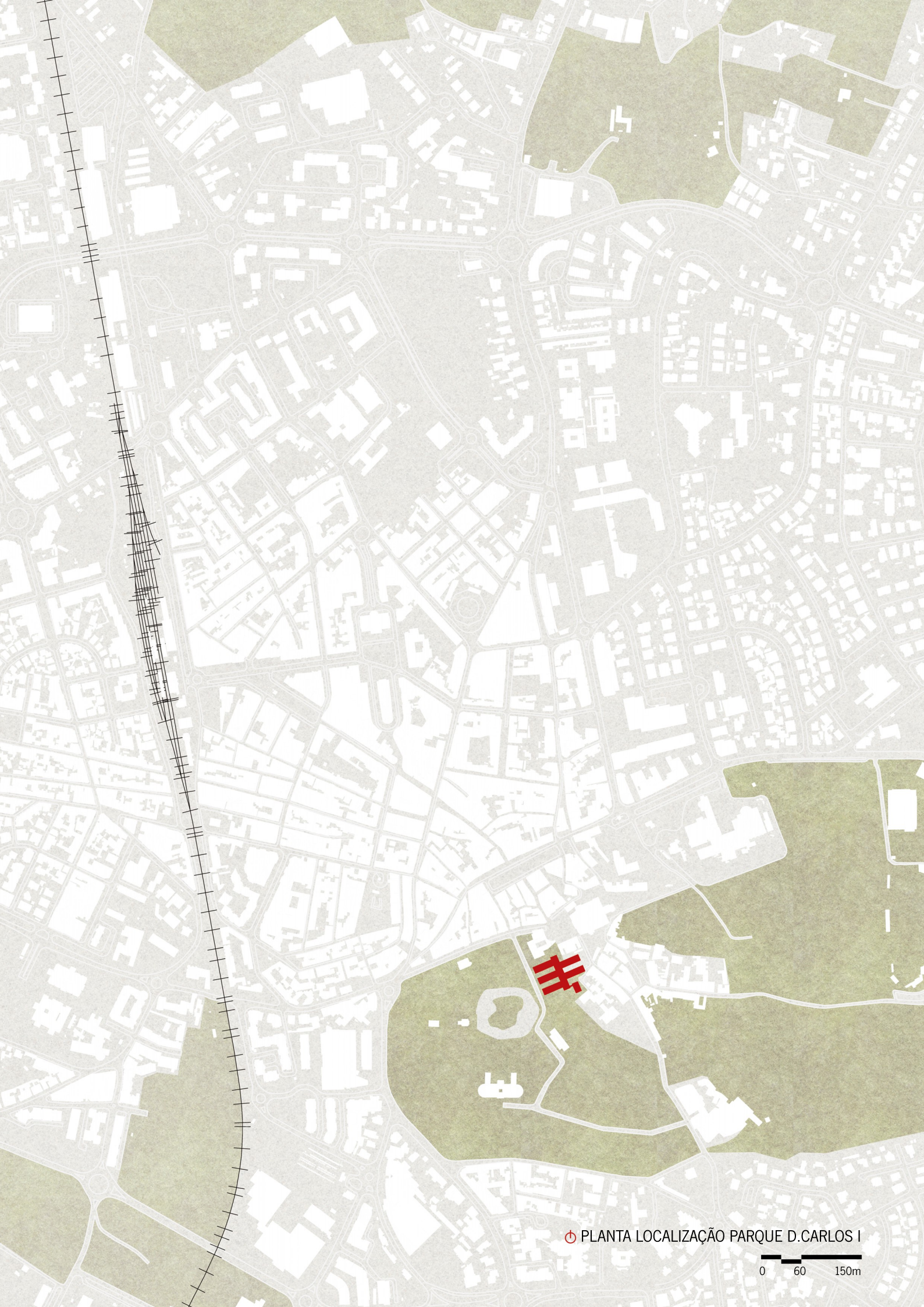

G

FIGURA | 6 A a G
Infraestruturas relevantes das Caldas da Rainha, 2026

Os Pavilhões surgem no contexto de uma reforma do complexo termal, constituindo uma ampliação do conjunto de infraestruturas já existentes no Largo Rainha D. Leonor e na área do Passeio da Copa. Este conjunto integrava o Hospital Termal Rainha D. Leonor, a Casa da Convalescença e um passeio destinado aos doentes convalescidos, com funções para lazer. Esta ampliação não se limitava apenas a reforçar as infraestruturas termais existentes, assumindo igualmente um papel de articulação entre a área termal principal e a zona do passeio (atual Parque), princípio estruturante do projeto (Mangorrinha, 1999).

A implantação dos Pavilhões beneficiava de uma localização particularmente privilegiada, não apenas no contexto urbano da cidade das Caldas da Rainha, mas também no panorama geográfico nacional. A sua localização estratégica, associada à visão do arquiteto Rodrigo Berquó - administrador do Hospital Termal e responsável pela projeção desta reforma termal - tinha como objetivo reforçar a qualidade e a capacidade das infraestruturas termais existentes, sendo um tema destacado pela imprensa da época. De acordo com Jorge Mangorrinha no livro "Pavilhões do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha", é mencionado no jornal O Caldense "as Caldas ficará possuindo um dos primeiros estabelecimentos termais e hospitalares da Europa. E dizemos um dos primeiros da Europa porque podemos afirma-lo sem receio de contradições: as mais afamadas estações balneares da França e da Alemanha não tem a proficuidade das termas nem das magnificas condições climatéricas das nossas Caldas da Rainha. Oxalá pois que nenhuma dificuldade imprevista venha embaraçar o engrandecimento do Hospital das Caldas da Rainha que mais uma vez o repetimos é desse engrandecimento que principalmente depende a riqueza vital desta terra."

A reforma dos banhos das Caldas da Rainha não teve o seu início com a administração de Rodrigo Maria Berquó. Desde a segunda metade do século XIX que a administração do Hospital Termal das Caldas da Rainha discutia a necessidade de reforma dos banhos caldenses, defendendo a construção de uma nova edificação (Mangorrinha, 1999). Em 1888, o Arquiteto Rodrigo Berquó assume o cargo de diretor do Hospital Termal. O arquiteto possuía formação técnica também na área da engenharia, bem como experiência


PLANTA LOCALIZAÇÃO PARQUE D.CARLOS I
0
60
150m

profissional prévia no projeto da estancia termal, nas Termas de Felgueiras. Estas competências conferiam-lhe uma posição privilegiada para conduzir o processo de renovação e modernização termal das Caldas da Rainha (Mangorrinha, 1996).

As intenções da reforma do arquiteto eram claras: a ampliação do Hospital setecentista (Hospital Real), transformar o Passeio da Copa num Parque, e a edificação de um novo Hospital, destinado ao internamento. A proposta consistia em separar as áreas de balneoterapia das áreas de internamento, com o objetivo de aumentar a capacidade de acolhimento e alojar o maior número possível de aquistas. Surge então, em 1890, o primeiro projeto (foi construída a segunda versão do projeto elaborada a 1892) dos Pavilhões do Parque, ao qual Berquó se refere como "hotel" numa carta citada na obra Pavilhões do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha de Jorge Mangorrinha: "Quando mandei perguntar a V. Ex.ª se poderia elaborar o projeto para o novo Hospital Real, e para o futuro Hotel, não foi com a ideia de lembrar qualquer retribuição que me devesse ser feita, mas sim saber se podia ou não elaborar tais projectos com autorização superior."
Com o término da época balnear, a administração decidiu dar início à construção dos Pavilhões. A colocação da primeira pedra realizou-se a 19 de março de 1893, contando com a presença do rei D. Carlos I (Mangorrinha, 1999).

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEXTO URBANO

A cidade das Caldas da Rainha encontra-se intrinsecamente ligada à figura da Rainha D. Leonor, responsável pela fundação do Hospital Termal, marco determinante para o desenvolvimento termal e urbano da localidade. A criação desta instituição constituiu um ponto de viragem na afirmação da estância termal e no processo de estruturação do aglomerado urbano. Com o apoio da rainha e dos monarcas que lhe sucederam, D. João II e D. Manuel, surge a institucionalização do hospital e a elevação da localidade a Vila. Deste modo, o povoamento, o crescimento urbano e a organização económica da região, assim como o próprio nome da cidade, está intrinsecamente ligado à Rainha, ao Hospital e as Termas (Mangorrinha, 2000).

As características territoriais e naturais que atualmente distinguem a cidade foram reconhecidas no final do século XV pela Rainha D. Leonor. A escolha deste local para a fundação do hospital termal revela uma perceção do potencial terapêutico das águas termais, bem como das vantagens proporcionadas pela sua localização geográfica. A presença de nascentes reconhecidas com propriedades medicinais, aliada à posição geográfica, conferia ao local condições favoráveis ao desenvolvimento desta região. Assim, muitos dos atributos naturais e territoriais que hoje contribuem para a valorização da região já eram, valorizados no momento da sua fundação (Mangorrinha, 2000).

A cidade das Caldas da Rainha, localizada na região do Oeste, caracteriza-se por um solo fértil, as águas termais e pela proximidade à metrópole de Lisboa. Situada entre o Oceano Atlântico e a cordilheira de Montejunto, esta área apresenta uma significativa diversidade paisagística, natural e cultural. A região distingue-se pela presença de reservas naturais, praias iodadas, estações arqueológicas, património arquitetónico medieval e renascentista, museus, produção artesanal e pela gastronomia. Acrescem ainda condições meteorológicas favoráveis à prática de diversas atividades desportivas, fatores que contribuem para a valorização territorial e turística da região (Mangorrinha, 2000).

Como podemos confirmar na citação de Júlio César Machado na introdução a Ramalho Ortigão no livro, Banhos de Caldas e Aguas Mineraes: “A vida moderna faz doenças novas, que encontram alivio no descanço e na distracção; distrahir-se alguém em Lisboa de Abril a Outubro é difficil: as caldas conciliam tudo: mudança de ares, exercício ameno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, vita nuova!”

É a partir do século XV que começam a existir referências à utilização de nascentes termais frequentadas tanto por populações locais como por monarcas. Nos séculos anteriores os espaços termais eram utilizados como locais de tratamento para doentes com lepra, o que levou, à construção de numerosas leprosarias destinadas ao acolhimento e assistência destes doentes. Contudo as primeiras termas organizadas que integravam estruturas de hospitalização e prestação de cuidados médicos foram as das Caldas da Rainha (Mangorrinha, 2000).



Em 1485 teve início a construção do hospital termal, a mando da Rainha D.Leonor. Numa primeira fase, as obras contemplaram a edificação de duas piscinas termais — uma destinada a mulheres e outra a homens — bem como enfermarias organizadas em dois pisos. O conjunto incluía ainda espaços de apoio, como copa, cozinha, um anexo destinado a peregrinos, a botica, a rouparia e a residência pessoal. Posteriormente, encontram-se referências à existência, de uma horta e um pomar, fornos, cavalariças, capoeiras, moradias de servos e um pequeno chafariz público, aos quais se acrescentou ainda uma albergaria. Estas estruturas constituíam um conjunto de casas, que dava forma ao primitivo conjunto termal. (Mangorrinha, 2000).

O hospital foi construído para todo o reino e, graças à sua localização privilegiada, conquistou rapidamente notoriedade e reconhecimento, recebendo os seus primeiros doentes a 1487 (Mangorrinha, 2000).



FIGURA | 7 e 8
Piscina da Rainha, 2025
Gravura de 1747 do primitivo Hospital Termal



>
FIGURA |9
Hospital Termal e Balneário Novo (Casa da Convalescença),no Largo Rainha D.Leonor, 2026

No século XVIII, a mando do rei D. João V foram feitas obras de reconstrução no Hospital Termal entre 1747 e 1750, e posteriormente, em 1751, surge o projeto para a construção de um novo edifício destinado à convalescença dos doentes, a Casa da Convalescença (Pinto & Mangorrinha, 2009).

O Hospital Termal, conhecido como Hospital Real, começou a ser frequentado pela aristocracia da corte. Este facto contribuiu para afirmar a Vila das Caldas da Rainha como um destino termal preferencial no contexto nacional, ainda sem reconhecimento além fronteiras (Mangorrinha, 2000).

Até ao século XIX, a administração do Hospital Termal não promoveu um desenvolvimento significativo que tivesse efeitos históricas de grande relevância. Contudo, as administrações seguintes implementaram um conjunto de intervenções que procuraram aproximar as termas das Caldas da Rainha nas estâncias termais mais desenvolvidas da Europa.

Primeiro com a administração do médico António Gomes da Silva Pinheiro (1799–1833), que implementou e melhorou vários aspectos importantes no Hospital termal, como também na vila das Caldas. Destacam-se também as administrações de Manuel Ginioux de Campos (1860–1862), que iniciou uma discussão acerca da separação física entre classes e a construção de equipamento complementar, e do médico Francisco Pimentel (1877–1888), responsável pela definição de um plano reformador para o desenvolvimento da estância termal. Por fim, a direção de Rodrigo Berquó (1888–1896), com formação técnica e experiência prévia no termalismo, promoveu uma estratégia mais abrangente que procurou articular o crescimento urbano da vila com o desenvolvimento da atividade termal, defendendo a urbanização das Caldas da Rainha em função das necessidades e potencialidades do termalismo.

Com a administração do médico Francisco Pimentel implementaram-se diversos projectos que antecederam o plano reformador. Entre essas iniciativas destacam-se a instalação de um elevador, o abastecimento de água potável ao Hospital e o projecto do vaporário. Para além disso, foram introduzidos duches e instalaram-se mais tinas destinadas a banhos individuais.

O administrador que antecedeu o médico, Francisco António Resende, já tinha promovido igualmente algumas melhorias, designadamente, melhoramentos na Mata e no Passeio, bem como a inauguração da Casa da Albergaria, em 1867.

O plano reformador anteriormente referido foi aprovado a 23 de Agosto de 1884, numa reunião realizada na Vila, que teve a presença de representantes do Governo e do Hospital (Mangorrinha, 2000).

Já nos finais do século XIX verificou-se um aumento significativo do interesse pelas termas. Beneficiando de uma posição geográfica favorável e da preferência da corte, as Termas das Caldas registaram um crescimento expressivo. A existência de diversas atracções turísticas, a proximidade do litoral e das praias, bem como a chegada da linha férrea em 1887, contribuíram para facilitar o acesso e reforçar a atractividade do local.



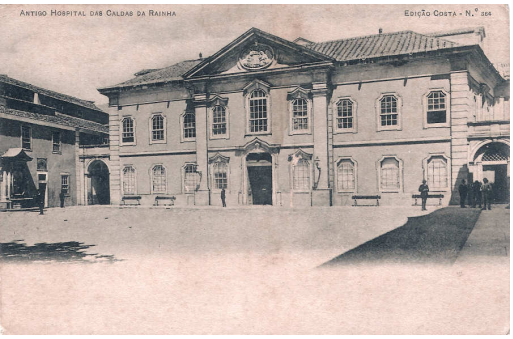
<
FIGURA | 10
Estação do Caminho de Ferro, postal ilustrado, 1907

Este aumento da procura, aliado às crescentes exigências dos aquistas, levou a direcção do hospital a avançar com a implementação do plano reformador, que não abrangia apenas as instalações e os equipamentos, mas também as aplicações terapêuticas e a própria organização institucional. Com a idade avançada de Francisco Pimentel, foi contratado um novo administrador, Rodrigo Berquó, para de concretizar este plano.

Berquó definiu claramente as suas funções, que passavam por promover uma intervenção profunda nas termas, tanto ao nível do seu funcionamento como dos serviços prestados. Assim, após o termo da época balnear de 1894, a administração decidiu dar início ao plano reformador, que incluíam a ampliação do Hospital setecentista (Hospital Real) com a construção de mais um piso, transformar o Passeio da Copa num Parque, instalar o Hospital Civil de Santo Isidoro afastado do núcleo termal, e a edificação de um novo Hospital, destinado ao internamento (Mangorrinha, 1999).

As obras de ampliação do Hospital setecentista tiveram início antes da construção do novo hospital. Contudo, houve vários contratempos na construção deste novo Hospital, os Pavilhões (Mangorrinha, 1999).

FIGURA | 11 e 12
Hospital Termal antes das obras de ampliação, postal ilustrado
Hospital Termal, postal ilustrado, 1903





Com o falecimento de Rodrigo Berquó, a 17 de março de 1896, a nova administração procedeu a um abrandamento significativo do ritmo das obras, o que comprometeu de forma definitiva a concretização do projecto inicialmente aprovado, bem como a funcionalidade que este se destinava a desempenhar (Mangorrinha, 1999).

O novo director, José Filipe d'Andrada Rebello, priorizou a conclusão do estabelecimento balnear. Previa-se que os serviços de balneoterapia viessem a ocupar os dois primeiros pisos do estabelecimento balnear, entretanto remodelado e ampliado com a construção de mais um piso.
Perante a morte do anterior director, a nova direcção decidiu igualmente alterar a distribuição funcional dos espaços. Assim, as enfermarias de internamento foram integradas no último piso que se encontrava em construção, contrariamente ao que havia sido inicialmente projectado por Rodrigo Berquó, que destinara essas áreas a mais instalações de balneoterapia, prevendo que as enfermarias fossem instaladas no Hospital D. Carlos I, designação que seria atribuída aos novos pavilhões (Mangorrinha, 1999).

Uma das questões que se passou então a colocar prendeu-se com a utilidade a atribuir aos Pavilhões do Parque, após ter sido decidido não dar continuidade às obras destinadas à instalação das futuras enfermarias de internamento hospitalar.
Nos anos seguintes, perante a difícil condição económica da instituição e a falta de apoio por parte do Estado, os pavilhões acabaram por ficar "à sua eterna condição de edifícios inacabados" (Mangorrinha, 1999).

OS PAVILHÕES NO TEMPO: CONSERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES

Os Pavilhões foram deixados num estado de incerteza desde 1896, a partir daí foram palco de improvisações. Durante largos anos, deram abrigo a várias causas, muitas delas de entidades privadas, assumindo diferentes usos ao longo do tempo.

Entre 1901 e 1902, os Pavilhões passaram a acolher a Escola Boeres, destinada aos refugiados do conflito Anglo-Boer na África do Sul, constituindo esta a primeira utilização do edifício com finalidade escolar (Feio, 2010).

Entre 26 de maio de 1918 e 1953, mediante arrendamento, o Regimento de Infantaria n.º 5 estabeleceu-se nas instalações, sendo a ocupação mais prolongada do edifício. Registou-se, contudo, uma interrupção entre 8 de setembro de 1926 a 1 de julho de 1927, período que o regimento esteve instalado em Lisboa, no Castelo de São Jorge (Mangorrinha, 1999).

Em janeiro de 1921 foi inaugurado o Salão Ibéria, teatro e cinematógrafo construído num terreno contíguo aos Pavilhões, o qual havia sido arrendado em abril de 1920. Este edifício acabaria por ruir no início da década de 70 (Feio, 2010).

FIGURA | 13
Pavilhões do Parque D. Carlos I e Salão Ibéria (lado direito)



Durante os anos seguintes os pavilhões receberam muitas atividades culturais de poucas duração. Em 1920 teve a I Exposição Agrícola das Caldas, organizada pela Escola Agrícola Móvel das Caldas da Rainha e pela Federação Agrícola das Caldas. Em 1924 esteve instalado um posto de informação turística e no ano a seguir foi a primeira sede do jornal Gazeta das Caldas (Mangorrinha, 1999).

Entre abril de 1962 a 1967, o edifício passou a biblioteca municipal, e mais tarde, em 1969, passou a Biblioteca Fixa n.º 156 da Fundação Calouste Gulbenkian.

Nesse período, instalaram-se nos Pavilhões várias instituições de ensino, entre as quais o Liceu, a Escola do Magistério Primário e a Escola Superior de Educação de Leiria. A 15 de outubro de 1990 foi inaugurada a Escola Empresarial do Oeste, instituição que mais tempo permaneceu nas instalações dos Pavilhões. Em 2005, esta escola transferiu-se para as suas novas instalações (Feio, 2010).

Os Pavilhões ao longo destes anos abraçaram também várias associações, sendo o espaço cedido para as suas atividades. Associações como Associação de Surdos do Oeste, a Associação de Artesãos das Caldas da Rainha e a Liga dos Combatentes (Feio, 2010). Mais recentemente, os Pavilhões transformaram-se no local de armazenamento do Hospital Termal das Caldas da Rainha.



FIGURA | 14
Placas colocadas no alçado noroeste da Escola Superior de Educação de Leiria e da Escola Empresarial do Oeste

Durante o tempo de incerteza, e mais de um século de utilização, as marcas de usos e da ausência de manutenção tornaram-se cada vez mais evidentes. A estas juntaram-se as diversas adaptações introduzidas para responder às diferentes funções que o edifício foi assumindo ao longo do tempo, adulterando a sua planta original. “Na escolha dos seus inquilinos, foi sempre completando um bem maior; todos os seus ocupantes trouxeram prestígio, identidade e cultura (...).” (Feio, 2010, pp12).

São visíveis diversas patologias no edifício, nomeadamente janelas partidas, fissuras nas paredes, vãos encerrados com tijolo, presença de vegetação, desprendimento de reboco e a queda de elementos dos frisos das mansardas. No interior, é possível verificar a existência de infiltrações, apodrecimento do soalho, presença de vegetação, caixilharias de madeira e guardas metálicas danificadas — sendo algumas já inexistentes, acumulação de dejetos de pombos, e sinais evidentes de vandalismo.









FIGURA | 15 A a D
Patologias no exterior e interior dos Pavilhões

Devido ao conjunto de patologias enumeradas, começou a ser colocada em causa a segurança estrutural do edifício, tendo sido realizados diagnósticos com o objetivo de avaliar a estabilidade dos Pavilhões. No estudo apresentado em 1984, o diagnóstico, "Estudo e Proposta de Medidas para a Recuperação do Hospital Termal Rainha D. Leonor", são identificadas fissuras associadas a fenómenos de assentamento. O relatório aponta ainda várias causas para o estado de degradação observado, nomeadamente a ausência de vigas de travamento no pavimento e cobertura, a desproporção entre os vãos e a largura do edifício e a instabilidade do terreno onde assentam as fundações. Este diagnóstico evidenciava a intervenção de carácter urgente, através da realização de trabalhos de recuperação.

Em 1994 foi elaborado um novo estudo, desenvolvido pelo Departamento de Estruturas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a pedido do Hospital Termal. Este relatório referia as conclusões anteriormente identificadas, acrescentando a presença de fendas na cantaria, a corrosão dos perfis metálicos e a degradação das mansardas, algerozes e tubos de queda. Ambos os estudos foram realizados enquanto os Pavilhões ainda se encontravam em funcionamento; contudo, não tiveram consequências efetivas em termos de intervenção. (Mangorrinha, 1999).

Atualmente todas as intervenções de carácter urgente estão a cargo do Grupo Visabeira. Os Pavilhões encontram-se sob concessão deste Grupo desde 2017 no âmbito do programa REVIVE. Este programa lançado pelo Governo, abre o Património ao investimento privado para fins turísticos, através da concessão. Antes desta concessão, os Pavilhões pertenciam ao Ministério da Saúde, que por sua vez o transferiu para a Câmara Municipal das Caldas da Rainha para agilizar o processo da concessão.

>
FIGURA | 16 e 17
Rua Andrade no Parque D. Carlos I, 2026
Rua Andrade no Parque D. Carlos I,
postal ilustrado

A ORIGEM DO PARQUE

“Parque para as termas, apropriado pela sociedade, tornando-se o Parque da Cidade.” (Soure, 1993, pp.6).

Atualmente, o Parque D. Carlos I destaca-se não apenas pelos seus emblemáticos Pavilhões, mas também pela sua ampla área verde, localizada no coração da cidade, oferecendo zonas de lazer e uma diversidade botânica que serve toda a comunidade. Contudo, o Parque não era originalmente propriedade da cidade, mas sim das termas. Como refere Dulce Soure no seu livro “Um Parque para as Caldas: História do Parque D. Carlos I”.





A origem do parque remonta ao século XVIII, período que se verificou um avanço na área da medicina e por isso impulsionou o termalismo em território nacional e a cidade da Caldas da Rainha não foi exceção. Nessa época é feita uma renovação no Hospital Termal da cidade e existe uma atenção às necessidades dos banhistas. “Com D. João V (...) afectação a um terreno a recreio dos banhistas.” E assim surge em Agosto de 1806 um planta do “Passeio” (Parque) (Soure, 1993).

O fluxo às termas, sobretudo às Caldas da Rainha, veio a desenvolver o “Passeio”, que passou a ser um local de convívio e novas instalações relacionadas ao lazer “no topo deste belo passeio está o club”.
No entanto é com a nova administração em 1888 do Arquiteto que projeta os Pavilhões que há uma nova e mais profunda reforma no “Passeio”, assemelhando-se ao que hoje é o Parque da Cidade, como é popularmente conhecido (Soure, 1993).

Está documentado que o Arquiteto Rodrigo Berquó ao longo do anos vai desenvolvendo e adaptado o “Passeio” para responder às necessidades das diferentes épocas. Entre as principais transformações, destacam-se o alargamento do espaço - “inicia obras de alargamento do Passeio” , a construção de um lago artificial com uma ilha arborizada e ajardinada - “(...) surge o lago artificial como elemento inovador, (...)”, o enriquecimento da vegetação com diversas espécies - “(...) 5000 arvores e 15000 arbustos para repovoamento do passeio (...), a criação de edifícios e espaços destinados à

prática de desportos - “tenciono estabelecer diferentes jogos, tais como lawn ténis, croquet,...” e a segurança do parque também foi assegurada através da construção de muros que delimitam a área - “O assentamento do gradeamento de ferro para a vedação do Parque ficou concluído em Junho de 1892.” Entre os vários documentos o “Passeio” é oficialmente apelidado em Janeiro de 1889 de Parque D. Carlos I (Soure, Dulce, 1993).

Este pulmão verde mesmo no centro da zona histórica das Caldas da Rainha, teve sempre esta ligação ao termalismo da cidade e por sua vez a todos os equipamentos termais. Apesar dos pavilhões não terem usufruído do parque como estava idealizado, a ligação é inevitável. A paisagem romântica que observamos ao passear no parque e ter como plano de fundo um edifício tão imponente e ao mesmo tempo delicado, refletido nas águas do lago á sua frente como de uma foto de postal se tratasse não fica indiferente a ninguém que por ali passa.

É devido a este nível de ligação que se torna evidente um uso mais direto - público - da parte do piso térreo dos Pavilhões, como se de uma continuação do parque se tratasse. E é a partir deste pensamento que se desenrola a dicotomia entre público e privado do projeto e como conciliar os dois.

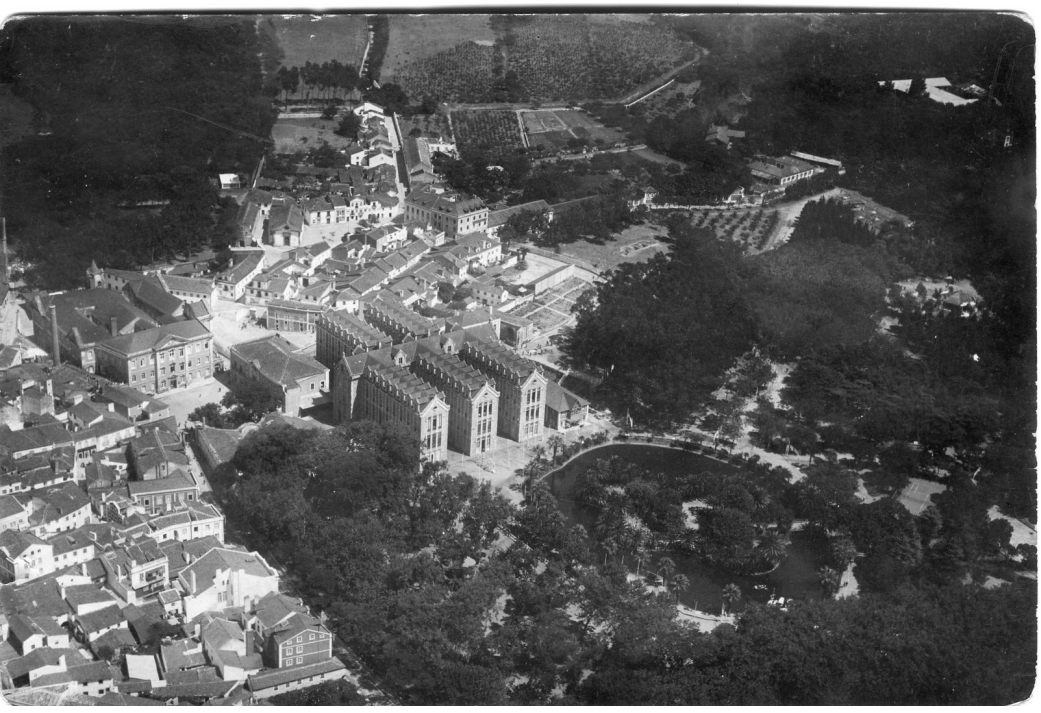


FIGURA | 18
Fotografia aérea do Parque D. Carlos I, final dos anos 20

CONTEXTO URBANO: OS PAVILHÕES D. CARLOS I PELOS OLHOS DOS CALDENSES

Tendo em conta a relevância histórica, patrimonial e urbana dos Pavilhões do Parque D. Carlos I, torna-se fundamental compreender de que forma a população local se relaciona com este conjunto arquitetónico e quais são as suas expectativas relativamente ao seu futuro. Neste sentido, foi realizado um questionário dirigido à comunidade, com o objetivo de recolher opiniões e perceções sobre o estado atual dos Pavilhões, a sua importância para a cidade e as possíveis formas de utilização futura do edifício.

A análise destas respostas permite não só avaliar o grau de conhecimento da população sobre a história e função original dos Pavilhões, como também compreender a forma como os habitantes encaram as propostas de intervenção atualmente em discussão, nomeadamente a possibilidade da instalação de uma unidade hoteleira de luxo. Assim, os resultados obtidos constituem um contributo relevante para compreender a relação entre o património construído, o parque envolvente e a comunidade que diariamente vive e utiliza este espaço da cidade.

Mais de 70% dos inquiridos são residentes nas Caldas da Rainha, o que reflete a opinião de pessoas que vivenciam diretamente o espaço urbano da cidade. Relativamente à faixa etária, verificou-se que a maioria dos participantes tem entre 35 e 50 anos, representando uma faixa etária ativa, com forte ligação à vida social e urbana da cidade, no entanto é nas faixas etárias a cima dos 50 anos, que se nota o conhecimento e o carinho especial que falam tanto dos Pavilhões como no Parque D. Carlos I, o que denota a perda de ligação a este património com o passar do tempo.

No que diz respeito à relação direta com o Parque e com os Pavilhões, cerca de 80% dos inquiridos afirmam frequentar o Parque, demonstrando que se trata de um espaço amplamente utilizado pela população. Este dado reforça a importância do parque como área de lazer, e no contexto urbano.

Contudo, os resultados revelam também um conhecimento limitado sobre a história e função original dos Pavilhões e do Parque. Mais de metade dos participantes não sabia qual foi o propósito inicial da construção dos Pavilhões, nem que o Parque, tal como hoje é conhecido, foi desenvolvido precisamente para auxiliar o edifício.

Apesar deste desconhecimento histórico, existe uma perceção clara da importância do espaço: todos os inquiridos reconhecem o valor do Parque para a cidade, sendo que cerca de 90% o consideram muito importante.
Relativamente aos próprios Pavilhões, quase 75% dos participantes considera que, mesmo estando atualmente abandonados, continuam a ser um ativo estratégico para a cidade. Este resultado sugere que a população reconhece o valor simbólico e histórico, independentemente do seu estado atual. No entanto é notória em todos os inquiridos um desalento ao falar do seu estado atual.

Quando analisada a opinião sobre a possibilidade de um projeto de instalação de um hotel de luxo, os resultados mostram uma clara divisão de opiniões. Aproximadamente metade dos inquiridos considera que esta poderá ser uma solução adequada para o futuro dos Pavilhões, enquanto a outra metade discorda ou não tem uma opinião formada. Esta divisão indica que o tema ainda gera debate e que não existe um consenso claro na comunidade.
Por outro lado, quando questionados sobre a possibilidade de um uso mais público para os Pavilhões, cerca de 60% dos inquiridos mostrou-se favorável à possibilidade de atribuir aos Pavilhões um uso mais público. Este resultado sugere que uma parte dos inquiridos revelam dúvidas quanto ao seu uso, acabando alguns a propor um modelo híbrido, combinando uma componente hoteleira com funções de carácter público, principalmente cultural.
A divisão de opiniões volta a verificar-se quando se questiona se a construção de uma unidade hoteleira de luxo poderá comprometer a relação entre os Pavilhões e o Parque da cidade. Cerca de metade dos inquiridos acredita que essa relação pode ser afetada, enquanto a outra metade acha que pode ser benéfico ou não tem uma posição definida, demonstrando novamente a ausência de consenso relativamente ao impacto da intervenção proposta.

A análise dos resultados permite concluir que a população reconhece claramente a elevada importância do Parque D.Carlos I e dos Pavilhões para a cidade de Caldas da Rainha, tanto do ponto de vista urbano como simbólico. Apesar de existir algum desconhecimento sobre a história do conjunto, a maioria dos participantes demonstra preocupação com o seu futuro e com a preservação da relação entre o edifício e o espaço verde envolvente.

As opiniões relativamente ao seu futuro estão divididas, sugerindo que qualquer proposta de intervenção futura poderá beneficiar de uma abordagem equilibrada, que valorize o edificado e preserve a ligação ao parque. Desta forma, será possível garantir que o projeto responda simultaneamente às necessidades de desenvolvimento da cidade e às expectativas da população local.

Com base neste inquérito, foi também possível identificar outros usos que os Pavilhões acolheram ao longo dos anos, tendo funcionado, em diferentes períodos, como esquadra da polícia, sede do Caldas Sport Clube e espaço para a realização de atividades como aulas de ginástica, dança e música.

As opiniões recolhidas neste inquérito refletem a perspetiva de um grupo restrito de participantes, devendo ser entendidas como exploratórias.


KO LOS

III.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REFERÊNCIAS DE PROJETOS

"O novo Hospital D. Carlos respondia à moda e estratégia termal desse tempo, para equipar as estâncias com grandes equipamentos localizados muitos deles no interior de zonas arborizadas. Desenhado com um eixo bem marcado, coincidindo com um corpo central de distribuição, as alas que lhe são perpendiculares, e formalmente demarcadas, representariam a função específica de enfermaria. Neste projecto continua a estar patente uma grande preocupação com questões de higiene, através da abertura de um número considerável de vãos por forma a permitir um maior arejamento e iluminação natural." (Mangorrinha, 1999, pp.27).

<
FIGURA | 19
Pavilhão Central do Parque D.Carlos I, 2026

ESTUDO DOS PAVILHÕES: ARQUITETURA E MATERIALIDADE

A partir da análise da obra "Pavilhões Do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha", de Jorge Mangorrinha, torna-se possível compreender de forma mais aprofundada os aspetos arquitetónicos e estruturais dos Pavilhões, sendo a informação e os elementos aqui abordados sustentados por esta obra.

Este imponente edifício, refletido no lago em frente do Parque D. Carlos I e com o Largo Rainha D. Leonor a nordeste, compõe o remate da esquina mais a norte do Parque.

A sua notável presença resulta não apenas da sua altura, mas também dos vãos e da forma como estes se encontram desenhados. Os pavilhões adquiriram esta designação devido ao seu traçado em planta, caracterizado pela composição de sete volumes. Seis desses volumes integram a edificação principal, sendo que um deles corresponde à galeria com 55 metros de comprimento e 9 de largura que faz a ligação entre os restantes volumes, com um comprimento ligeiramente inferior mantendo a mesma largura.

FIGURA | 20
Pavilhões Parque D.Carlos I refletidos no lago, postal ilustrado



O sétimo pavilhão corresponde a uma edificação de menores dimensões, com dois pisos, que se encontra ligado aos seis pavilhões principais através de uma estrutura em betão.

A separação física entre os volumes e a quantidade de vãos com janelas de 5,20 metros de comprimento, cuja caixilharia foi construída em casquinha da Suécia, parte do sistemas de arejamento natural que iria ser necessário para a função do novo Hospital.



Quanto ao sistema construtivo, o edifício apresenta uma estrutura metálica com vigas em perfil I, preenchidas com tijolos e com enchimento em pardo, sendo o conjunto rematado com soalho de madeira.

As paredes foram construídas em alvenaria irregular, ligada por argamassa de cal e areia, e fasquio.

No interior, as paredes encontram-se rebocadas e são rematadas por rodapés e frisos em madeira. Quanto à cobertura, foram utilizadas telhas de Marselha.



<
FIGURA | 21 e 22
Detalhe construído das vigas e cobertura nas mansardas
Detalhe construído da laje vista de baixo

>
DESENHO | 2 a 6
Planta de Levantamento Piso 0
Planta de Levantamento Piso1
Planta de Levantamento Piso 2
Planta de Levantamento mansardas
Planta de Levantamento coberturas

PLANTA PISO 0 (COTA 49,40m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 1 (COTA 56,02m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 2 (COTA 62,07m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA MANSARDAS (COTA 68,47m)

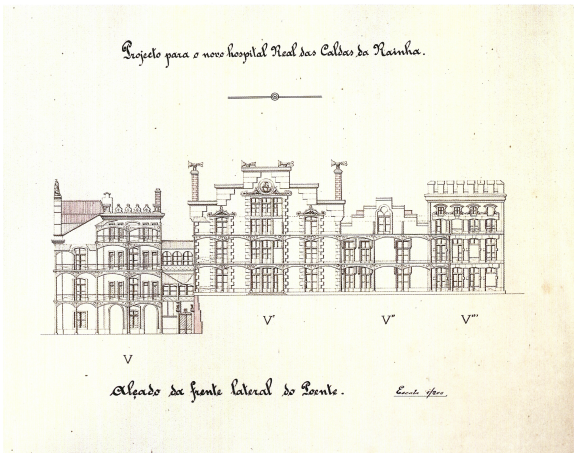
0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA DE COBERTURAS

0 2,0 8,0 20,0m

Todas estas características integram a segunda versão — a versão final — do projeto, que incluía ainda uma torre para um observatório meteorológico, localizada junto ao sétimo pavilhão. Na primeira versão, os volumes não se encontravam separados, o que dificultava a renovação do ar e comprometia as condições de iluminação natural.

Esta segunda versão foi elaborada posteriormente a uma viagem do arquiteto Rodrigo Berquó a França, motivo que poderá ter contribuído para a introdução de novas ideias e a razão para a segunda versão do projeto.



A cidade das Caldas passa, assim, a integrar um edifício de carácter moderno, cuja expressão arquitetónica se insere na arquitetura portuguesa de oitocentos, marcada por uma influência francesa predominante. A sua acentuada verticalidade remete, simultaneamente, para tradições arquitetónicas características do centro e norte da Europa. Estamos perante uma arquitetura romântica finisecular, na qual se evidenciam claramente os valores associados à higienização e salubridade, bem como um ecletismo estético evidente nas soluções projetadas.

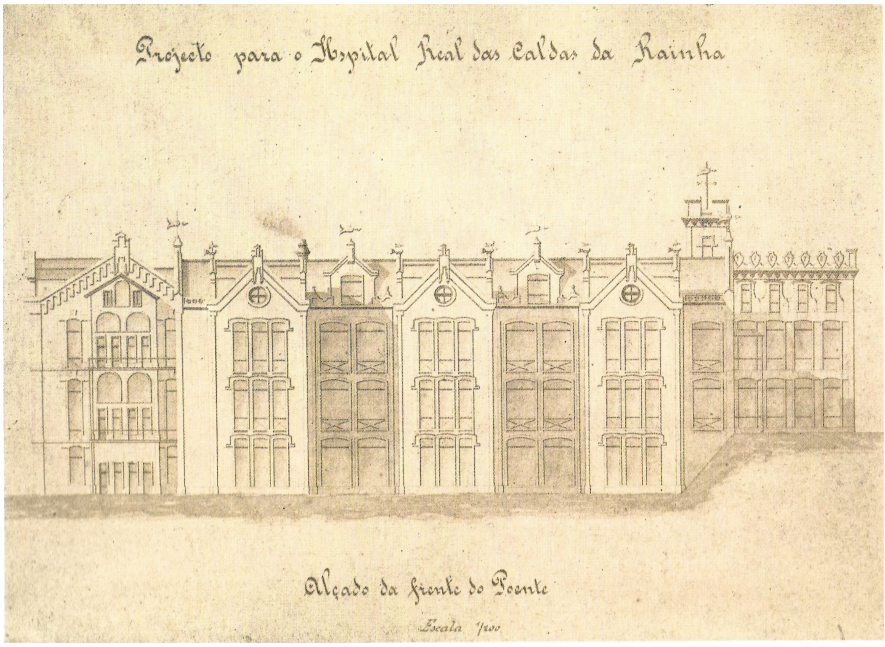


FIGURA | 23 e 24
Projeto para o novo Hospital Real das Caldas da Rainha, 1ª Versão, digitalização
Projeto para o Hospital Real das Caldas da Rainha, 2ª Versão, digitalização

Atualmente, o seu estado de abandono é preocupante e, embora a intervenção necessária não faça parte do projecto que apresento, são indispensáveis trabalhos de conservação antes do projecto idealizado nesta tese.

Na representação do levantamento, e com o intuito de realçar o edifício em estudo, os edifícios envolventes são representados de forma simplificada, servindo apenas para permitir a compreensão da sua implantação. Por esse motivo, independentemente da cota altimétrica a que os Pavilhões são representados, os edifícios circundantes surgem sempre representados ao nível da cobertura.

>
DESENHO | 7 a 10
Levantamento Corte e Alçado Sudoeste
Levantamento Corte e Alçado Noroeste
Levantamento Corte e Alçado Nordeste
Levantamento Corte e Alçado Sudeste



ALÇADO E CORTE SUDOESTE

0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE NOROESTE

0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE NORDESTE

0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE SUDESTE

0 2,0 8,0 20,0m

ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO

A partir de um simples olhar para os pavilhões, torna-se evidente o elemento de ponto de partida - o conjuntos das suas janelas. Estas aberturas resultam de um pé-direito significativo, cuja presença constitui uma característica fundamental do espaço arquitetónico e que, por sua vez, deve ser considerada como o elemento estruturante no desenvolvimento do pensamento projetual.

É através deste elemento, e de um reconhecimento visível da intervenção, que se realiza uma pesquisa com o objetivo de compreender de que forma situações semelhantes foram abordadas noutros contextos, identificando estratégias que valorizem estas características arquitetónicas.

Entre os exemplos analisados destacam-se intervenções realizadas em igrejas, uma vez que estes edifícios apresentam elementos estruturais e espaciais semelhantes ao objeto de estudo. No caso da reabilitação da Selexyz Dominican Bookstore, em Maastricht - projeto de uma livraria no interior da igreja - desenvolvida pelos arquitetos holandeses Merkx e Girod, reconhecidos com o prémio "Lensvelt de Architect Interior Prize 2007" (Fairs, 2007) e da intervenção na San Paolo Church, em Milão - atelier de colaboração CLS do próprio autor do projeto, é possível identificar uma estratégia comum: a introdução de uma nova estrutura no interior da estrutura existente (O'Kelly, 2015).

Esta abordagem valoriza o património arquitetónico existente, ao mesmo tempo que possibilita a integração de novas funcionalidades através de uma estrutura independente mas não disruptiva.

Por outro lado, no projeto Sheerness Dockyard Church, - espaço de coworking - desenvolvido pelo atelier Hugh Broughton Architects, que foram reconhecidos com os prémios "RICS" e "RIBA South East Building of the Year", observa-se uma estratégia não só de uma reabilitação respeitadora do existente como também valorizar o pé-direito elevado do edifício. Neste caso, a introdução de uma mezzanine permite uma solução que tira maior proveito da altura no espaço interior, aumentando a sua capacidade funcional sem comprometer a perceção da volumetria original (Williams, 2025).



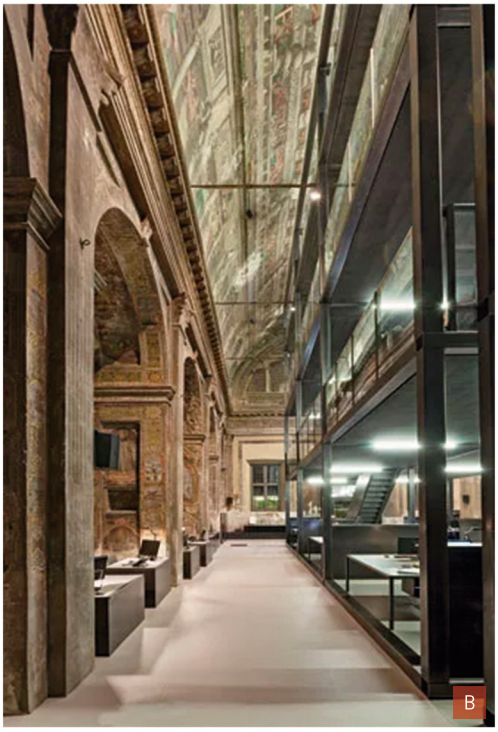






FIGURA | 25 A a D
Casos de estudo apresentados

Em oposição, no projecto S.Thoma´s Church Apartment, desenvolvido pelo atelier Allford Hall Monaghan Morris March, (Allford et. al., n.a.) observamos uma abordagem distinta que não privilegia o elemento arquitetónico de maior destaque num edifício caracterizado pela sua verticalidade. Na leitura da fachada exterior, é visível onde foi acrescentado um novo piso através da interrupção das janelas. Esta tipo de intervenção altera a leitura da composição original do edifício, constituindo um exemplo de atuação que afeta diretamente a integridade do edificado existente. Este tipo de intervenção distancia-se de uma abordagem assente nos princípios de preservação e valorização do edificado existente, colocando-se, assim, em oposição aos princípios que orientam a proposta de intervenção para os Pavilhões.



IV.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

"Apesar de ter uma presença muito forte como peça isolada, os Pavilhões do Parque estabelecem uma ligação umbilical com o Parque D.Carlos I. Ambos têm em comum a sua origem e o Autor, e criaram entre si uma relação cristalizada que estimula o olhar de qualquer veraneante. O sentimento inicial por um edifício ou um sitio é sempre de natureza emocional: o primeiro pertence sempre ao segundo e, muitas vezes, o segundo não passa sem o primeiro; ou seja, cada edifício histórico pertence a um sítio, que é o seu território, pelo que qualquer alteração do conjunto influenciará a imagem das partes e do todo." (Mangorrinha, 1999, pp.35).

<

FIGURA | 26
Pavilhão Central do Parque D.Carlos I visto através do lago, 2026

CONCEITO E IDEIA DE PROJETO NA ARTICULAÇÃO ENTRE O NOVO E O EDIFICADO EXISTENTE

A ideia central deste projeto, desde o início, foi atribuir uma nova utilidade aos Pavilhões do Parque D.Carlos I, cartão de visita da cidade das Caldas da Rainha e objeto de forte ligação afetiva da população, mantendo sempre presente a sua relação direta com o parque envolvente e com os equipamentos termais que o ladeiam. Neste sentido, a visão de continuidade de passeio — princípio que estruturou a ideia do parque — deveria, ser igualmente preservado.

Partindo deste pensamento, tornou-se evidente que qualquer função a atribuir aos Pavilhões teria necessariamente de integrar uma dimensão pública, funcionando como uma extensão do próprio Parque D. Carlos I. Desta forma, o espaço edificado poderia manter a sua ligação ao espaço público e reforçar a relação entre o edifício e o contexto urbano em que está inserido.

A proposta começa a ganhar forma, entre a implementação de uma unidade hoteleira e a atribuição de uma função de caráter público. Assim, optou-se por uma solução que articula ambas as possibilidades, estabelecendo uma distribuição funcional em que os pisos superiores assumem uma utilização de caráter mais privado, associada à função hoteleira, enquanto o piso térreo é destinado a usos de natureza mais pública.

A relação estabelecida entre o edificado existente e a nova proposta de intervenção assentou, desde o início, numa lógica de preservação e de distinção visual entre a nova instalação e o edificado existente. Neste sentido, procurou-se garantir que a introdução dos novos elementos respeitasse a integridade do edifício, mantendo a leitura da configuração original.

Partindo desta princípio, surge a proposta de organizar as novas funções em volumes autónomos inseridos no interior do edifício. Estes volumes, concebidos como estruturas independentes da construção original, permitem a adaptação a novos usos sem provocar alterações significativas, nem causar distorções na leitura do edificado existente.

PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

Após a definição da função a atribuir aos Pavilhões e a análise da sua envolvente, é fundamental compreender e estabelecer os acessos ao edifício. Considerando que o conjunto se encontra inserido no Parque D. Carlos I — um espaço público sujeito a um horário de funcionamento — torna-se necessário assegurar que o acesso à função de caráter mais privado, associada à unidade hoteleira, seja realizado de forma independente do parque.

Esta condição reforça a opção de funções de natureza mais pública no piso térreo, garantindo simultaneamente a continuidade da relação entre o edifício e o espaço público envolvente. Através da observação do conjunto dos pavilhões e da sua relação com a envolvente, foi possível identificar os diferentes pontos potenciais de entrada, permitindo, assim, definir e organizar os acessos do edifício.

Posto isto, a Rua do Beco do Quartel, perpendicular ao Largo Rainha D. Leonor, torna-se a solução mais adequada para o acesso à função de caráter mais privado do edifício. Esta rua permite o acesso por viatura e vai ter a um largo que dispõe de condições espaciais que possibilitam, a criação de uma área de estacionamento, embora esta não seja contemplada na presente proposta de projeto.

Por sua vez, os restantes acessos, associados às funções de natureza mais pública, são estabelecidos diretamente a partir do Parque D. Carlos I, reforçando a continuidade entre o espaço público do parque e o piso térreo do edifício.

Com os acessos definidos, as funções do edifício começam a ser organizadas espacialmente. A partir da análise da Pousada de Santa Maria do Bouro, projetada pelo arquiteto Souto de Moura, tornou-se possível iniciar a definição das áreas interiores.

A observação desta pousada evidenciou que o número de quartos eram semelhantes, o que permitiu tomar este exemplo como referência para a organização das áreas dos Pavilhões. Deste modo, as áreas de muitas funções do edifício passam a ser fundamentadas, a partir das soluções identificadas na Pousada de Santa Maria do Bouro.

No piso térreo localizam-se as funções mais pública dos pavilhões. Nos três volumes da fachada principal virada para o parque optou-se por manter espaços flexíveis. Nos dois volumes situados nas extremidades, para além da introdução de um módulo interior, de estrutura independente para instalações sanitárias e arrumos, é colocado um piso intermédio. Esta solução visa dinamizar a utilização do espaço e otimizar o aproveitamento do volume interior existente, de 1440 m^3.

Assim, estes espaços passam a acolher, uma biblioteca - função que o edifício já desempenhou anteriormente, no mesmo volume que é proposto, um museu - da história termal dos Pavilhões, que não teve essa continuidade, e um espaço polivalente - no volume central, destinado à realização de eventos, conferências,...

No volume central de ligação dos Pavilhões, localizam-se os acessos verticais que ligam os diferentes pisos do edifício, através de escadas metálicas nas extremidades e elevadores posicionados na zona central.

Nos restantes volumes orientados para o Largo Rainha D. Leonor localiza-se a área destinada à piscina e ao spa. O spa é constituído por seis módulos de 2,60 m de altura com uma área 7 m^2.

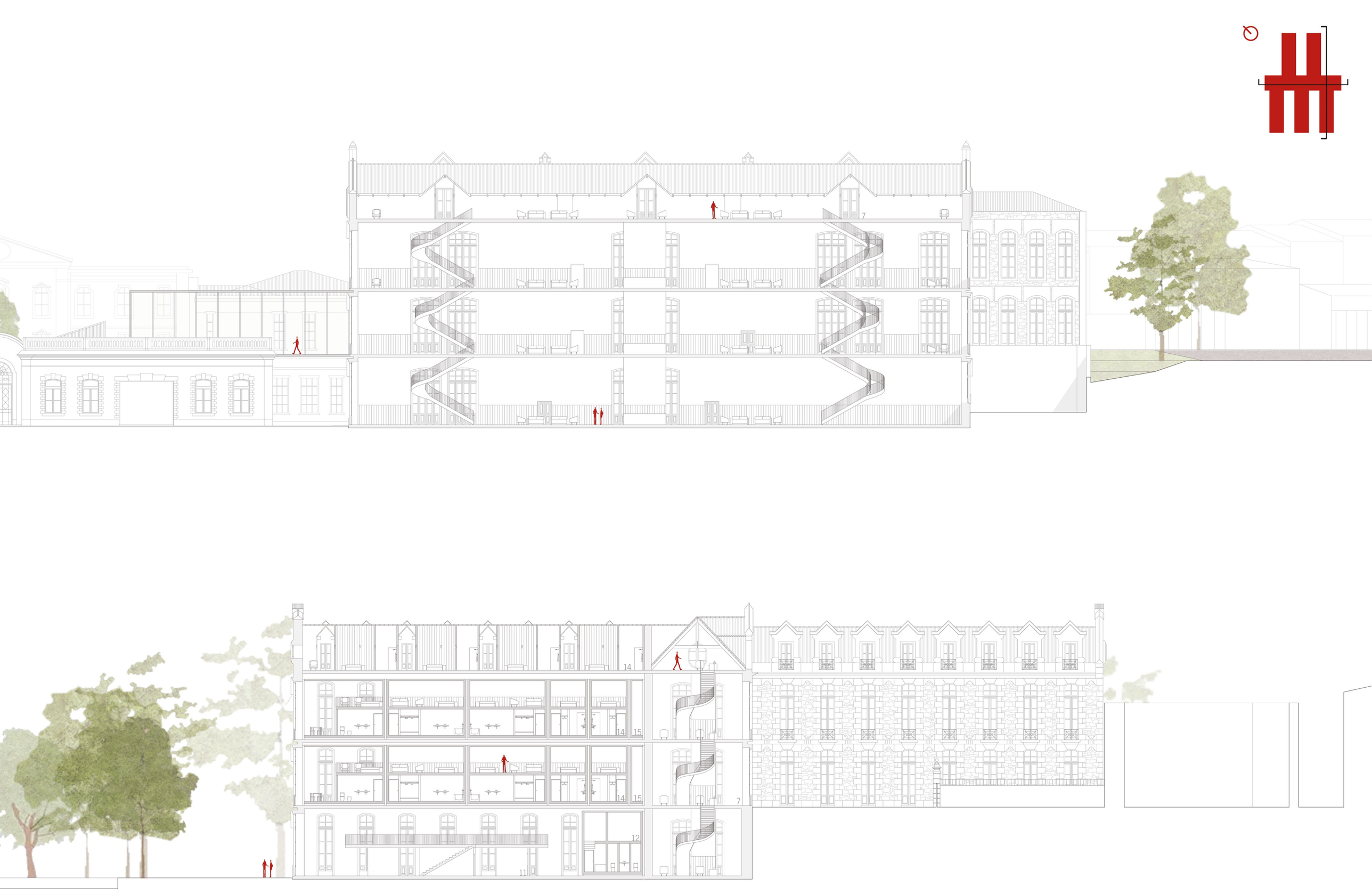
A concentração das funções do spa no interior destes módulos responde não apenas a uma estratégia de organização espacial, mas também à criação de ambientes mais acolhedores e controle das condições térmicas e de humidade.

Ao não atingirem a totalidade da altura do espaço, estes módulos acentuam a altura do pé direito de aproximadamente 6 m, valorizando a verticalidade do edifício e criando diferentes graus de privacidade no interior do spa.

O funcionamento deste espaço será para os hóspedes da unidade hoteleira, e também com abertura ao público.

Por fim, no único volume que não apresenta janelas em todo o perímetro - devido à inclinação do terreno - encontra-se a área destinada ao funcionamento do hotel e a zona destinada ao staff. Com uma lavandaria e área de máquinas com 66 m^2, dois balneários para o staff com 24 m^2 cada um e no piso intermédio uma zona de arrumos e uma sala de apoio.

>
DESENHO | 11 e 12
Cortes Sudoeste e Sudeste Projeto de Intervenção
Plantas Projeto de Intervenção Piso 0 e Piso 0.5

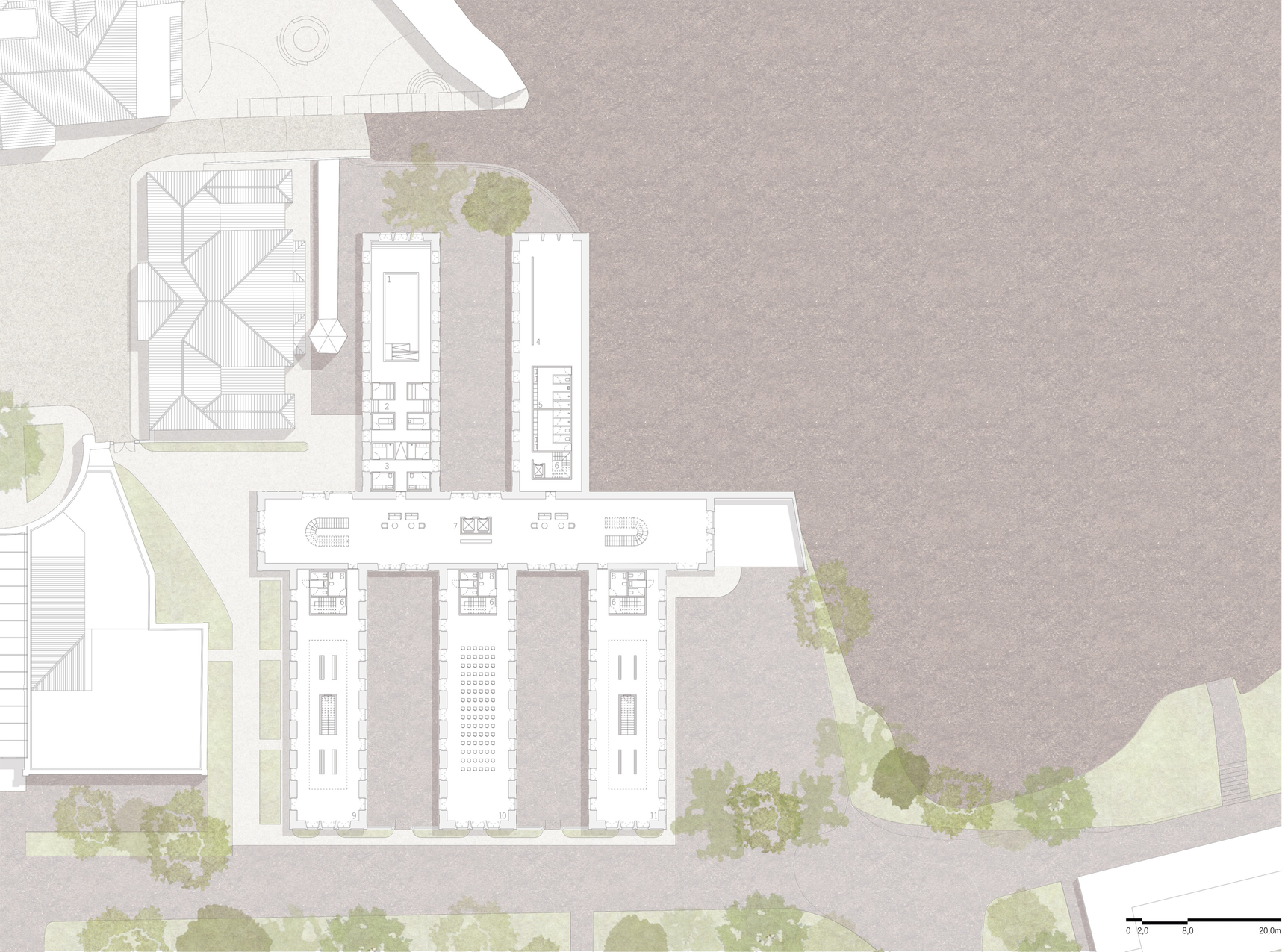


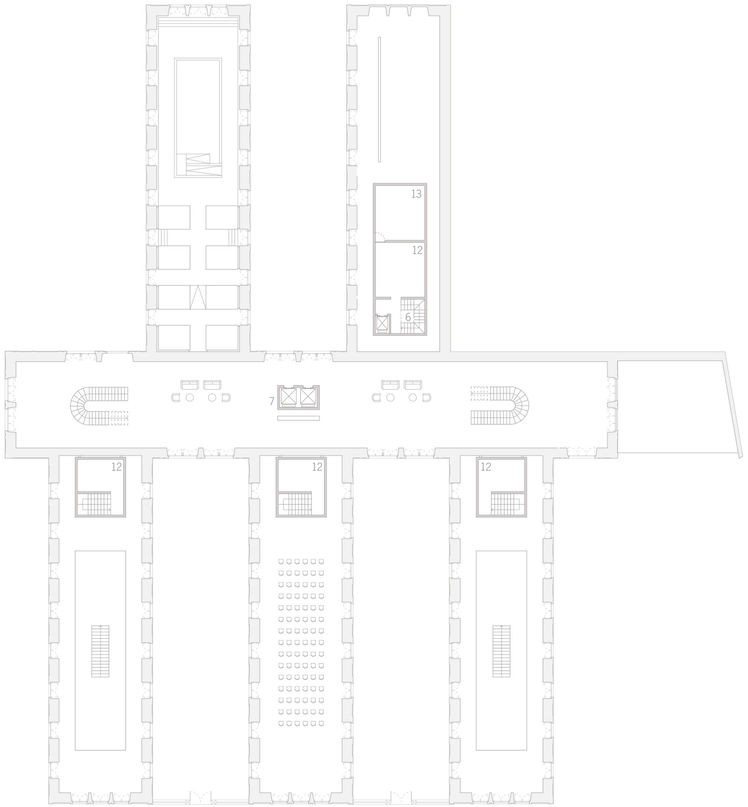
LEGENDA:

7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
11 MUSEU
12 ARRUMOS
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA

CORTES SUDOESTE E SUDESTE

0 2,0 8,0m





LEGENDA:

1 PISCINA
2 SPA
3 BALNEÁRIOS SPA
4 LAVANDARIA E ZONA TÉCNICA
5 BALNEÁRIOS STAFF
6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
9 BIBLIOTECA
10 SALÃO POLIVALENTE
11 MUSEU
12 ARRUMOS
13 SALA DE APOIO

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 0 (COTA 49,40m) E PLANTA PISO 0.5 (COTA 52,40m)

A componente de carácter mais privado do programa inicia-se no primeiro piso, onde se localizam os quartos da unidade hoteleira. Neste nível, para além dos três volumes destinados ao alojamento, encontra-se também a área de pequenos-almoços e bar - lounge bar - implantada no volume central da fachada que beneficia de uma vista desafogada sobre o lago do parque. Neste volume central é introduzido um módulo interior, de estrutura independente para instalações sanitárias e arrumos, igual aos módulos anteriormente mencionados no piso térreo.
A área de restauração que providencia este espaço estabelece uma ligação aérea coberta com o edifício popularmente conhecido como Céu de Vidro, um antigo casino. Embora a reabilitação deste edifício não esteja incluída na presente proposta, o restaurante do hotel funcionará igualmente com acesso aberto ao público a partir do piso térreo.

Neste piso localiza-se igualmente uma área destinada ao ginásio, localizada no alçado tardoz do edifício. Este espaço é constituído por dois balneários, cada um com 24 m^2, e por uma zona de exercício com vista para o Hospital Termal D. Leonor. A opção por localizar esta área na fachada posterior do edifício está relacionada à exposição visual menor em comparação com a frente voltada para o parque, permitindo assim garantir maior privacidade e tranquilidade aos utilizadores.
À semelhança do spa e do restaurante, este espaço foi concebido para funcionar não apenas para os hóspedes da unidade hoteleira, mas também com possibilidade de utilização pelo público em geral.

É igualmente à cota correspondente ao primeiro piso que se localiza o acesso principal dos hóspedes à unidade hoteleira, realizado através da receção instalada no sétimo pavilhão — uma pequena edificação de dois pisos.
O hóspede entra inicialmente na receção da unidade hoteleira, composta por um módulo - com instalações sanitárias, arrumos e um elevador - e uma zona de estar com acesso ao piso de cima. Este acesso pode ser realizado por elevador ou por escadas desenhadas com a mesma linguagem das escadas presentes no volume de acesso dos Pavilhões. No primeiro piso, o hóspede estabelece a ligação ao segundo piso dos Pavilhões através de uma passagem coberta, que articula os diferentes volumes.

>
DESENHO | 13 e 14
Cortes Nordeste e Noroeste Projeto de Intervenção
Plantas Projeto de Intervenção Piso 1 e Piso 1.5





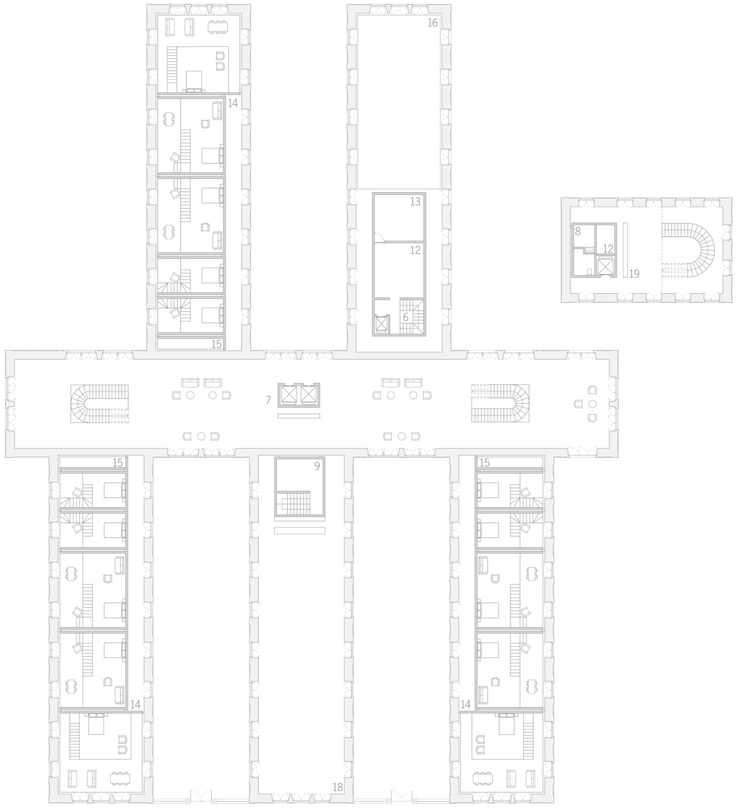
LEGENDA:

1 PISCINA
2 SPA
3 BALNEÁRIOS SPA
5 BALNEÁRIOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
13 SALA DE APOIO
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
17 BALNEÁRIOS STAFF

CORTES NORDESTE E NOROESTE

0 2,0 8,0m





LEGENDA:

6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
12 ARRUMOS
13 SALA DE APOIO
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
16 GINÁSIO
17 BALNEÁRIOS GINÁSIO
18 LOUNGE BAR
19 RECEÇÃO

PLANTA PISO 1 (COTA 56,02m) E PLANTA PISO 1.5 (COTA 59,02m)

O segundo piso dos Pavilhões, é ocupado maioritariamente por quartos, sendo apenas o volume central da fachada destinado a outra área, repetindo a lógica do piso anterior. Este volume central é destinado ao lounge convivo, uma espaço de estar e e eventos relacionados aos hóspedes do hotel.

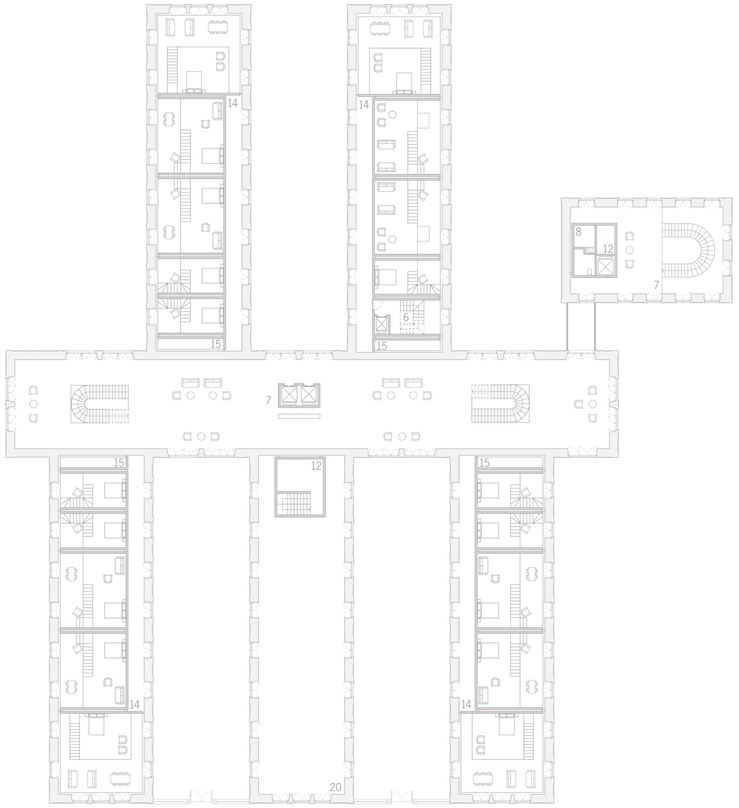
Subindo para as mansardas, acessível através das escadas localizadas nas extremidades do volume central, situam-se os quartos de dimensões mais reduzidas com 17 m^2. À semelhança dos pisos inferiores, o volume central virado para o Parque não é destinado ao alojamento, funcionado como um espaço de repouso e leitura, tirando partido da vista mais ampla sobre o Parque.

Na maioria dos volumes dos Pavilhões propõe-se a introdução de pisos intermédios, com o objetivo de otimizar a utilização da volumetria existente e potenciar as possibilidades de ocupação do espaço interior.
No entanto, a sua implementação foi pensada de modo a não comprometer a integridade física das janelas, elemento que constitui uma das características mais marcantes e de maior valor arquitetónico do edifício. Estas aberturas definem, em grande medida, a identidade dos Pavilhões, pelo que a proposta procurou desenvolver uma solução de adaptação capaz de preservar a sua configuração original, salvaguardando simultaneamente a leitura arquitetónica do edifício.
A solução adotada permite tirar partido do pé-direito, com aproximadamente seis metros de altura em cada piso, possibilitando a criação de novos níveis de utilização sem comprometer a perceção espacial do volume original. Desta forma, mantém-se a legibilidade da estrutura existente, ao mesmo tempo que se promove uma maior flexibilidade programática e funcional dos espaços.

Paralelamente, todo o projeto foi desenvolvido com o propósito de garantir que os diferentes espaços sejam acessíveis, funcionais e confortáveis para todos os utilizadores. Nesse sentido, ao longo da intervenção surgem adaptações com o objetivo de assegurar o cumprimento destes requisitos.

>
DESENHO | 15 e 16
Plantas Projeto de Intervenção Piso 2 e Piso 2.5
Plantas Projeto de Intervenção Mansardas e Coberturas

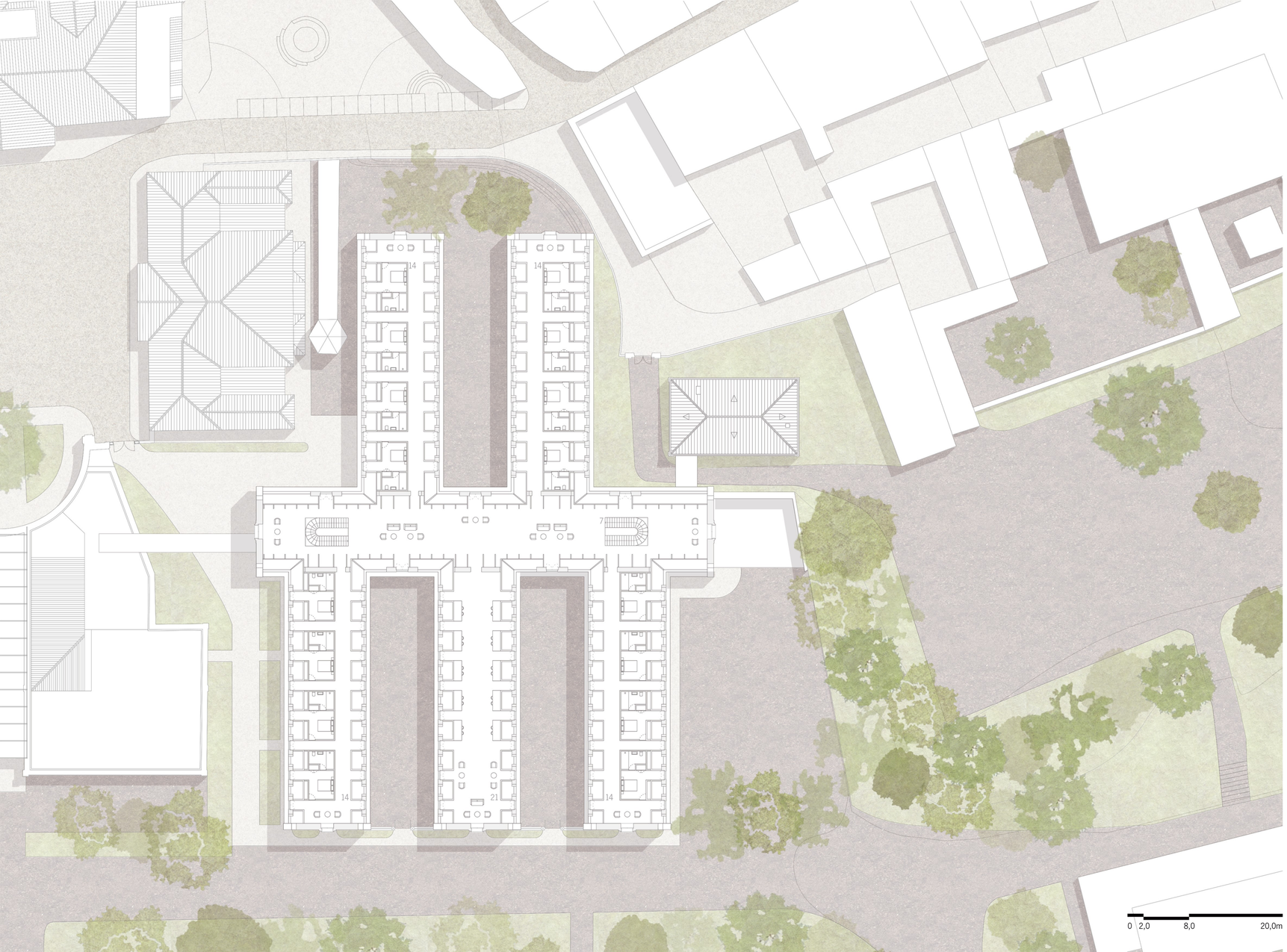


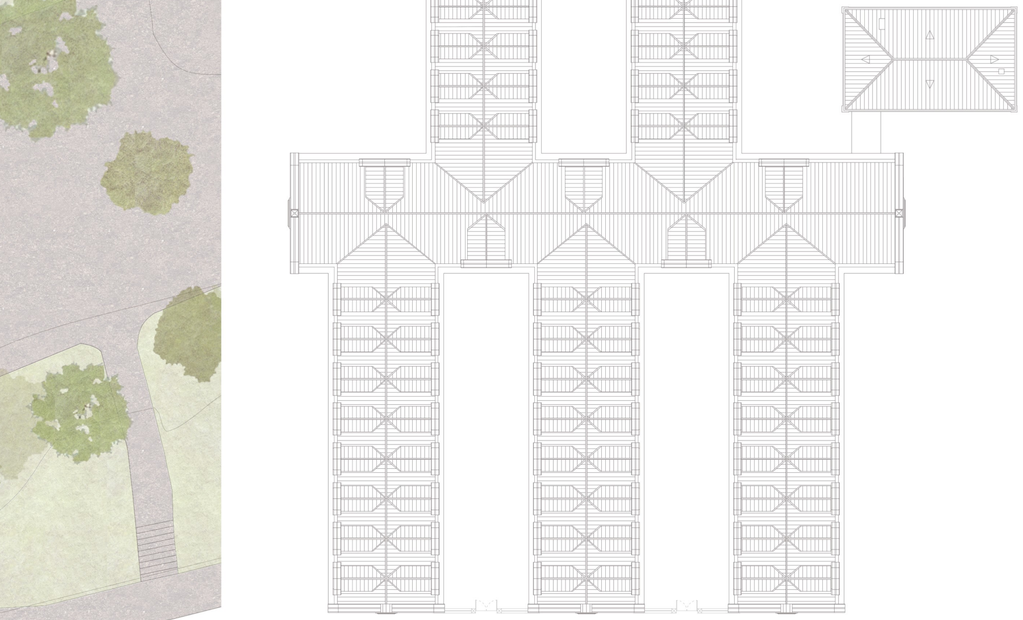


LEGENDA:

6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
12 ARRUMOS
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
20 LOUNGE CONVÍVIO

PLANTA PISO 2 (COTA 62,07m) E PLANTA PISO 2.5 (COTA 65,07m)





LEGENDA:

7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
14 QUARTOS
21 ZONA DE LEITURA E REPOUSO

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO MANSARDAS (COTA 68,47m) E PLANTA DE COBERTURAS

INTERVENÇÕES ARQUITETÓNICAS PROPOSTAS

No que diz respeito aos detalhes que conferem identidade e singularidade a este projeto, começaram a ser definidos à medida que a ideia dos quartos se tornou mais sólida.

O reconhecimento da qualidade arquitectónica única do edifício manifesta-se, na proporção da sua secção, cuja composição é valorizada pela elegância e esbeltez das janelas. Esta característica assume o ritmo das fachadas e assumem um papel determinante na identidade dos Pavilhões. Esta presença vertical, evidencia o pé-direito distinto e a luminosidade criada no interior de cada volume do edifício.

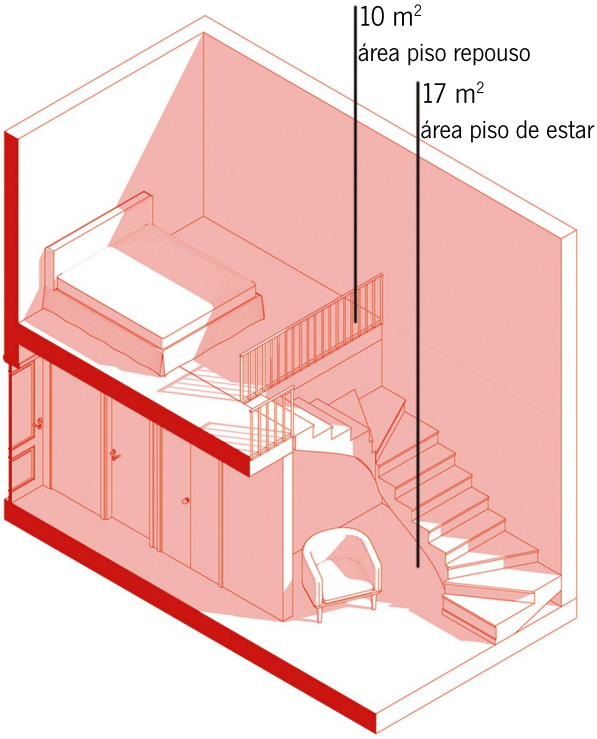
Assim, a solução procura valorizar estas qualidades, que constituem a identidade do edifício. A intervenção passa, assim, pela otimização da utilização do espaço interior, conciliando as necessidades funcionais atuais com o respeito pelas características espaciais e pela expressividade do pré-existente. Desta forma, a organização do programa procura evidenciar e enquadrar a verticalidade do espaço, permitindo que o pé-direito se afirme como um dos elementos centrais da experiência no interior do edifício.

O projeto na zona dos quartos, organiza-se então segundo uma lógica funcional de utilização, propondo uma configuração de mezanines "fragmentados" no interior de cada um dos volumes, correspondentes aos quartos. Estes elementos de estrutura independente do edificado, permitem uma valorização do pé-direito evitando o desperdício de área útil.

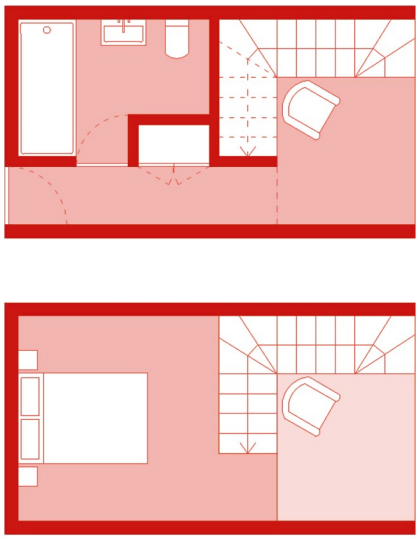
Foram definidas três tipologias de quartos: o Quarto de Visita, o Quarto Familiar e o Quarto Suite. A organização espacial dos quartos - com exceção dos quartos nas mansardas - distrubuem-se em duas áreas: o piso inferior, destinado à zona social, acompanhada das instalações sanitárias, e, a mezanine, onde se localiza a área de repouso.

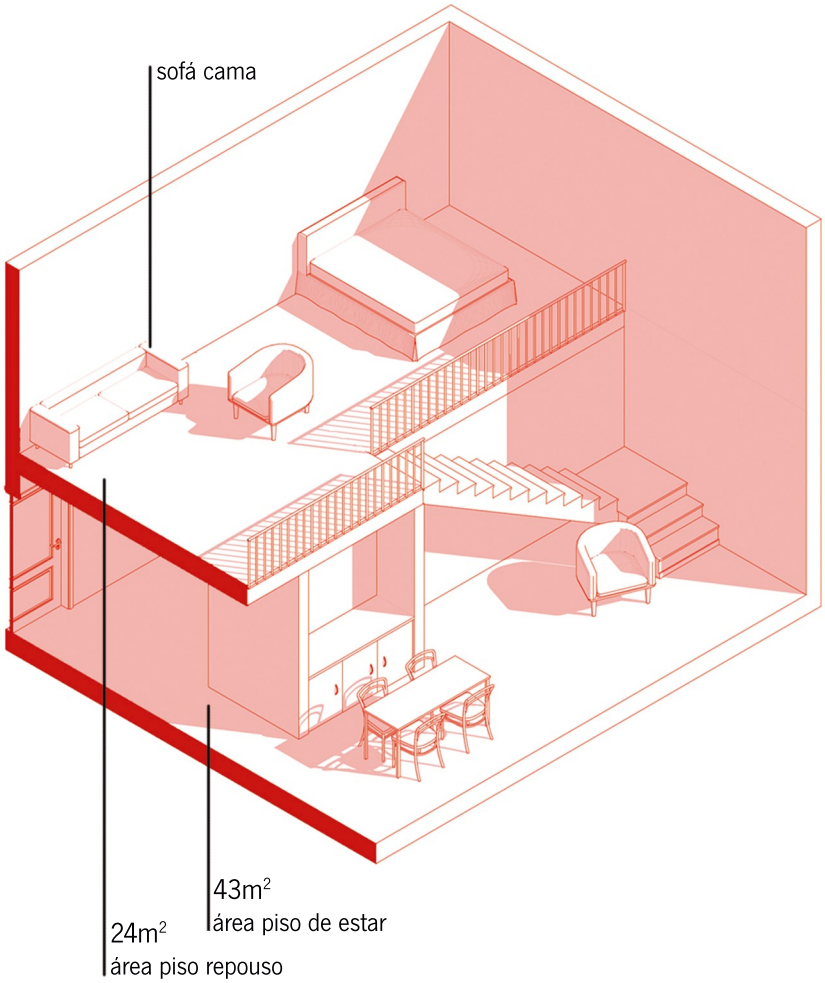
O Quarto de Visita é o quarto de tipologia menor, com uma área de 27 m^2, dos quais 10 m^2 são destinados à zona de repouso, dimensionado para uma cama de casal. Por sua vez, o Quarto Familiar e o Quarto Suite, com áreas de 67 m^2 e 76 m^2 respectivamente, dispõem, para além de uma cama de casal, de sofás-cama e de uma zona de apoio à refeição, equipada com armários e minibar.

>
DESENHO | 17 e 18
Esquema Quarto Visita e Familiar
Esquema Quarto Suite

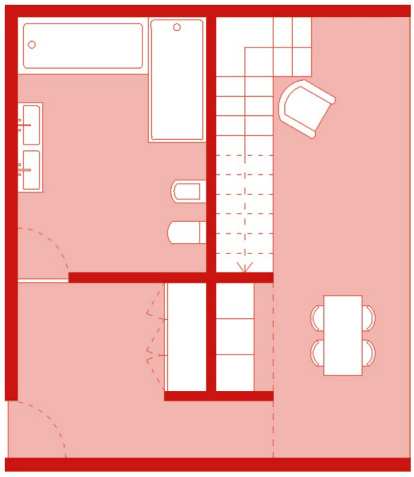


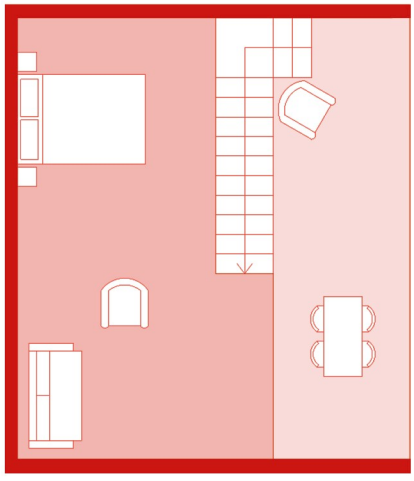
QUARTO VISITA



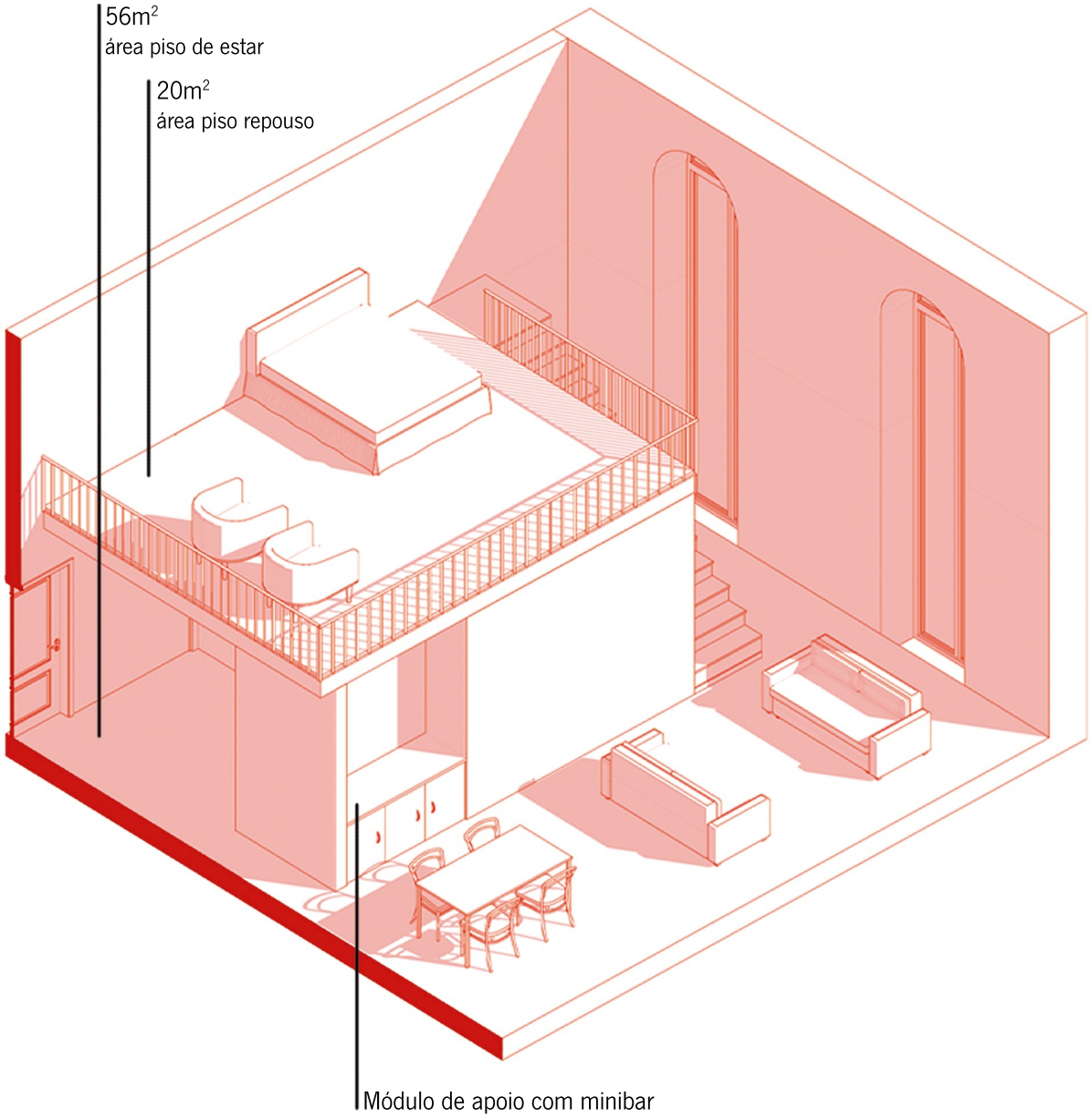


QUARTO FAMILIAR

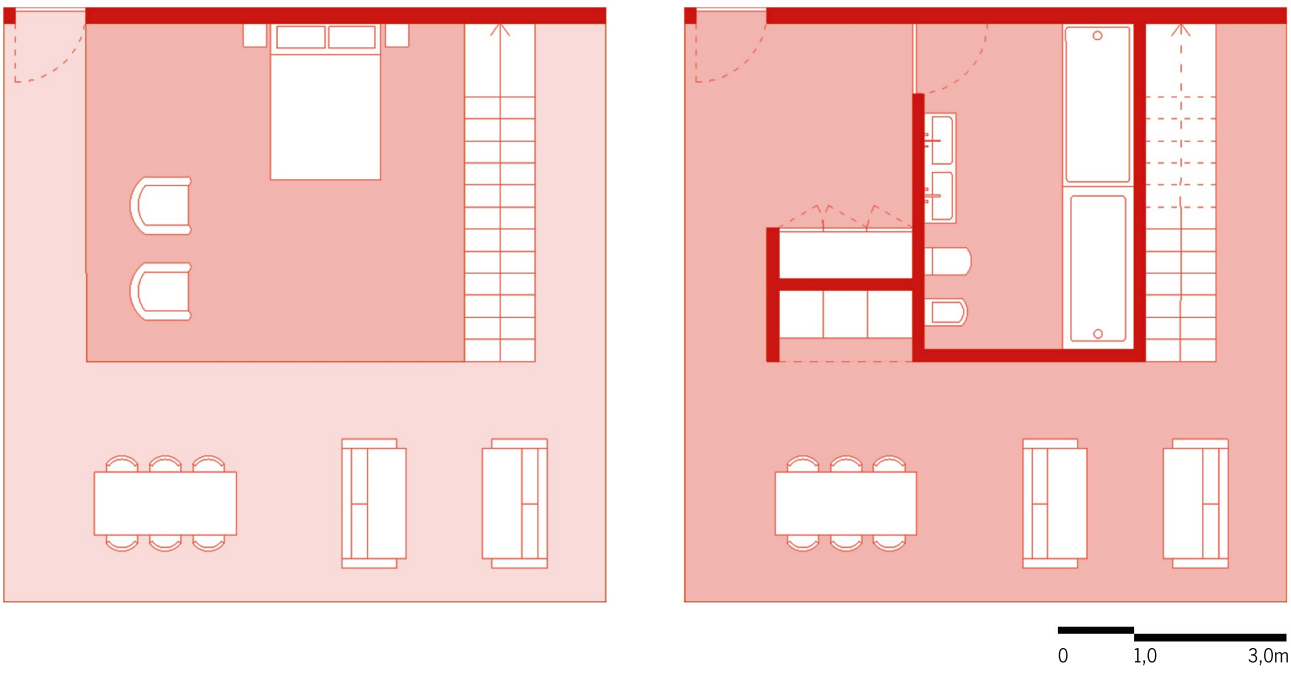




0 1,0 3,0m



QUARTO SUITE



A concepção dos quartos, levanta o desafio de compatibilizar a estrutura independente com o edificado existente. Surge, assim, a solução do vidro como elemento de ligação, permitindo uma leitura clara da autonomia dos novos volumes. Esta estratégia de pormenorização é, alternada, com o uso da madeira, sendo a escolha determinada pela função dentro dos Pavilhões e o efeito visual que se pretende estabelecer em cada ponto de contacto entre o novo e o antigo.

A conexão de vidro de 12 mm com perfil de alumínio em U, é feita entre os quartos e a parede existente dos Pavilhões, realçando esta separação entre o edificado novo e o existente e criando um pequeno corredor de luz ambiente.

A integração de elementos de madeira são visíveis na "fragmentação" dos quartos (e dos restantes módulos distribuídos pelas funções dos Pavilhões), criando a ilusão de módulos colocados delicadamente na pré-existência. Esta perceção é acentuada pela elevação da base dos quartos, criando uma composição visual onde os quartos parecem levitar.

Do ponto de vista construtivo, a estrutura dos quartos é composta por um sistema misto de madeira e LSF (Light Steel Framing), solução que permite reduzir o peso da intervenção. Antes da implementação da estrutura dos módulos é executada uma base recuada, que reforça o efeito de "fragmentação" e cria um espaço técnico destinado à passagem das infraestruturas necessárias ao funcionamento do programa. Desta forma, assegura-se simultaneamente a clareza formal da proposta e a integração discreta dos sistemas técnicos.

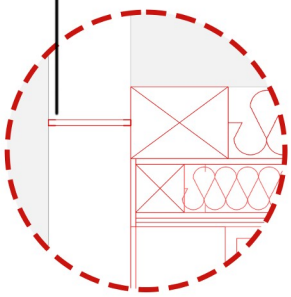
Os módulos são revestidos por placas de OSB de 12 mm, com poliestireno extrudido (XPS), no meio e lã de rocha ou lã mineral entre módulos. No interior, o acabamento é feito com duas placas de gesso cartonado de 9 mm.

O sistema de piso é constituído por duas placas de OSB, finalizadas com soalho de madeira de 20 mm, garantindo conforto ao espaço interior. As escadas metálicas, fixadas à estrutura principal em madeira, reforçam a linguagem das escadas de acesso dos Pavilhões.

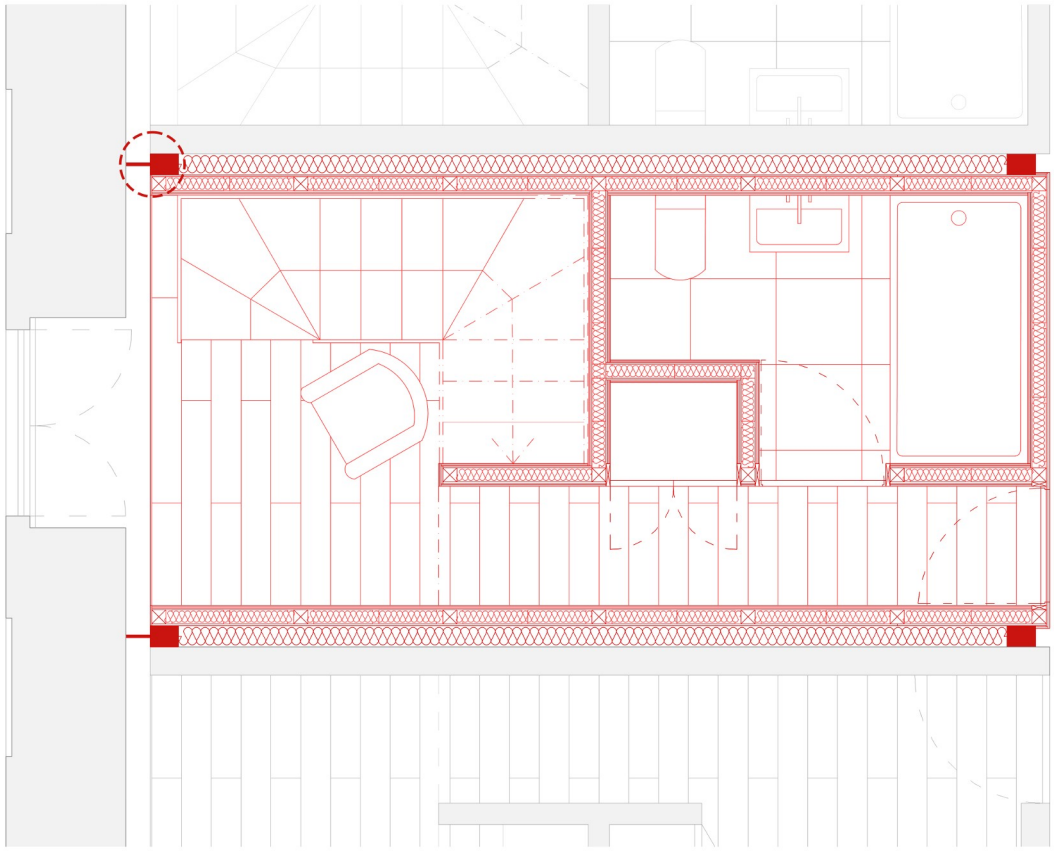
Estruturalmente, os Quartos de Visita e Familiares são asseguradas por um sistema construtivo em madeira, no entanto o Quarto Suite, devido à sua largura de 8 metros, exige a adoção de uma estrutura metálica para a cobertura, apoiada nas paredes originais dos pavilhões, de forma a garantir estabilidade estrutural.

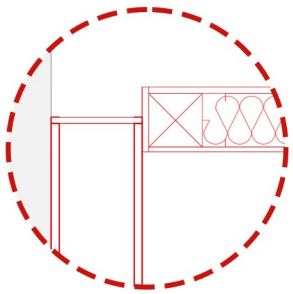
>
DESENHO | 19
Detalhe Conexão entre Novo e Existente

vidro 12mm com perfil
de alumínio em U

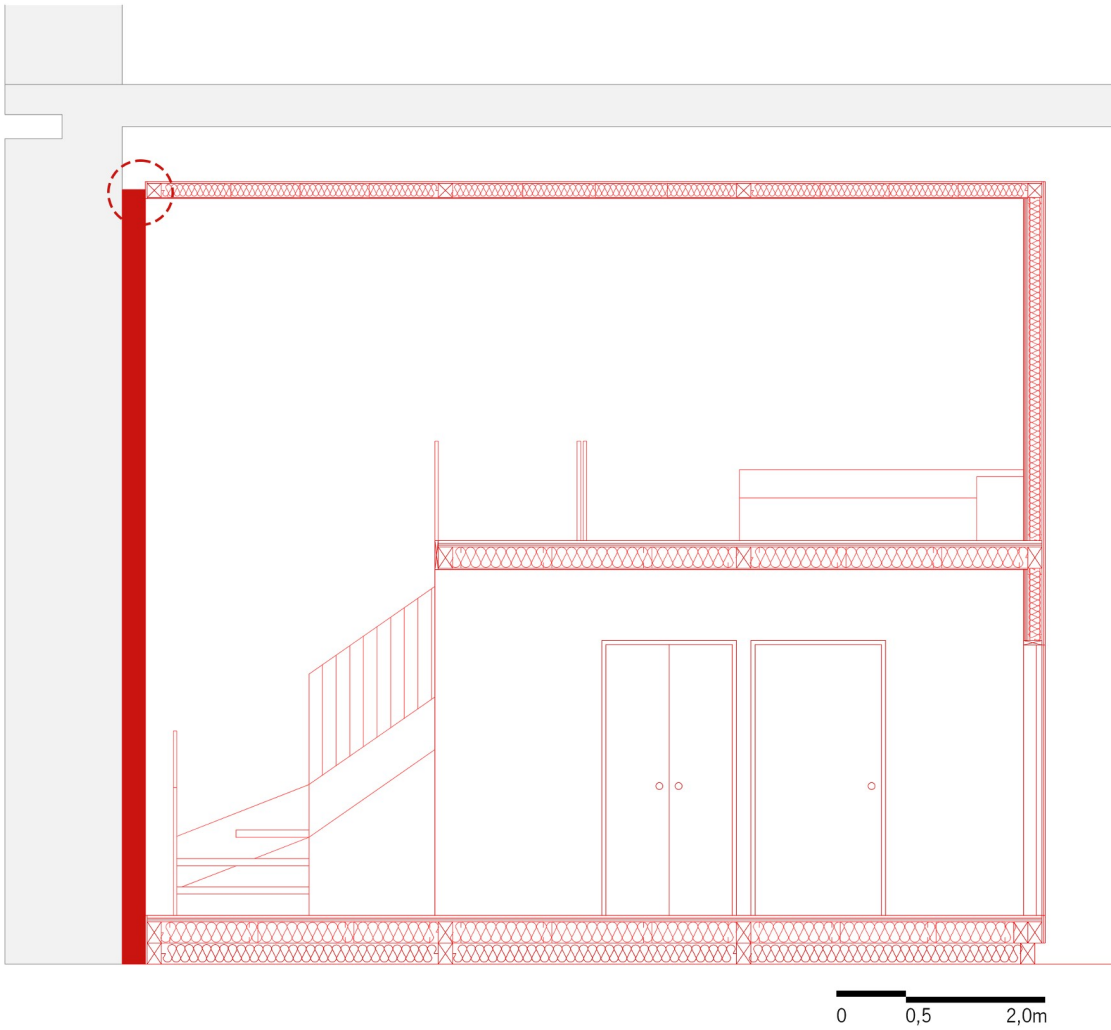


DETALHE PLANTA CONEXÃO





DETALHE CORTE CONEXÃO



REFLEXÃO FINAL

A presente investigação procurou compreender os Pavilhões do Parque D. Carlos I não apenas enquanto objeto arquitetónico, mas sobretudo enquanto elemento no contexto urbano, histórico e cultural da cidade das Caldas da Rainha. Através dessa análise, foi possível reconhecer que este edifício constitui um testemunho relevante no termalismo em Portugal e das transformações que marcaram a cidade no final do século XIX.
Contudo, apesar da sua importância patrimonial, os Pavilhões encontram-se ao abandono, situação que tem contribuído para a degradação do edifício. Este estado coloca-o numa posição ambígua: por um lado, permanece como um marco arquitetónico e a lembrança do prometido futuro grandioso; por outro, constitui um exemplo evidente de património cuja ausência de uso e manutenção compromete a sua continuidade no tempo e a sua valorização.

A análise realizada demonstra que o valor dos Pavilhões ultrapassa a sua dimensão física. Desde da sua localização no Parque D. Carlos I, até à sua relação com o antigo Hospital Termal e com o tecido urbano envolvente, conferem-lhes um papel estruturante na organização e na memória da cidade. Neste sentido, qualquer proposta de intervenção deve procurar preservar não apenas o edifício em si, mas também a relação histórica e espacial que este mantém com o Parque.

A proposta de reabilitação desenvolvida neste trabalho parte precisamente deste princípio, procurando estabelecer um equilíbrio entre a preservação da identidade arquitetónica do edifício e a introdução de novas soluções capazes de garantir a sua funcionalidade atual. A intervenção assenta numa estratégia de respeito pela estrutura existente e pelos seus elementos característicos, propondo uma arquitetura que se apoia no edifício original sem comprometer a sua leitura histórica nem a sua integridade formal.

Paralelamente à análise arquitetónica e histórica, realizou-se um questionário à população para compreender a perceção dos caldenses sobre os Pavilhões. Os resultados evidenciam uma forte ligação ao Parque D. Carlos I, amplamente frequentado e reconhecido como um dos elementos mais importantes da cidade.

Apesar de uma parte significativa dos inquiridos manifestar um desconhecimento sobre a história e a função original dos Pavilhões, existe um reconhecimento generalizado da sua importância simbólica e patrimonial, mesmo no atual estado de abandono.

Os resultados evidenciam igualmente uma divisão de opiniões relativamente às possíveis formas de utilização futura do edifício. Embora parte dos participantes considere adequada a instalação de uma unidade hoteleira de luxo, uma percentagem significativa da população manifesta reservas ou ausência de opinião definida sobre essa possibilidade. Em contrapartida, alguns dos inquiridos que reconhecem a viabilidade de uma instalação hoteleira sugerem igualmente a integração de usos de carácter mais público, sublinhando a importância de soluções que promovam uma maior relação entre o edifício e a comunidade. Esta perspetiva reforça, assim, a abordagem proposta no presente projeto de reabilitação dos Pavilhões.

Em última análise, a reabilitação dos Pavilhões do Parque D. Carlos I representa uma oportunidade para devolver a este edifício um papel ativo na cidade. Mais do que recuperar um edifício, trata-se de (re)ativar um elemento profundamente ligado à identidade das Caldas da Rainha, assegurando que a sua memória, a sua presença arquitetónica e a sua relação com o parque continuem a fazer parte da paisagem urbana e cultural da cidade. Uma intervenção sensível e consciente permitirá, assegurar a continuidade deste património, conciliando a preservação do passado com as necessidades do presente.

BIBLIOGRAFIA

FONTES CARTOGRÁFICAS

Bloom Portugal, Lda. (2023a). Planta de Condicionantes [Mapa].

Bloom Portugal, Lda. (2023b). Planta de Implatação: Sistema Patrimonial [Mapa].

CMCR. (sem data). Extrato da Cartografia Vetorial [Mapa].

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CMCR. (2019, novembro 18). Minuta Ata [Ata].

Choay, F. (2006). A alegoria do patrimônio. Editora UNESP.

Feio, C. (2010). Os Pavilhões do Parque (Caldas da Rainha) e a Problemática da sua Conservação.

Jonge, W., & Kuipers, M. (2017). Designing from Heritage - Strategies for Conversion. TU Delft.

Machado, R. (1976, novembro). Old Buildings as Palimpsest - Toward a Theory of Remodeling. Progressive Architecture (Restoration and Remodeling).

Mangorrinha, J. (1996a). D. Rodrigo Maria Berquó: Apontamentos da Vida e Obra. Em Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896 Arquitecto das Termas.

Mangorrinha, J. (1996b). Da Felgueira às Caldas da Rainha: A Arquitetura Termal. Em Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896 Arquitecto das Termas.

Mangorrinha, J. (1999). Pavilhões Do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha.

Mangorrinha, J. (2000). O Lugar das Termas. Livros Horizonte.

Ortigão, R. (1875). Banhos de Caldas e Aguas Mineraes. Livraria Universal.

Pinto, H., & Mangorrinha, J. (2007). Das Caldas do Populus à Cidade Aberta à Humanidade. Revista de História de Arte Nº4.

Pinto, H., & Mangorrinha, J. (2009). O Desenho das Termas: História da Arquitectura Termal Portuguesa.

Soure, D. (1993). Um parque para as caldas: História do Parque D. Carlos I.

DOCUMENTAÇÃO RETIRADA DA INTERNET

Fairs, M. (2007, dezembro 4). A shop in a church by Merkx + Girod Architecten. Dezeen. https://www.dezeen.com/2007/12/04/a-shop-in-a-church-by-merkx-girod-architecten/

O'Kelly, E. (2015, abril 22). Born again: CLS Architects turn a church into their Milan HQ. The Spaces. https://thespaces.com/born-again-cls-architects-turn-a-church-into-their-milan-hq/

PAVILHÕES DO PARQUE D. CARLOS I | REVIVE. (sem data). Obtido 20 de abril de 2026, de https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/pavilhoes-parque

Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares—Eduardo Souto de Moura | Arquitectura Viva. (sem data). Obtido 25 de janeiro de 2026, de https://arquitecturaviva.com/works/parador-de-santa-maria-de-bouro-2

redboxmedia, A. +. (sem data). St Thomas' Apartment / Allford Hall Monaghan Morris | AHMM. Obtido 8 de dezembro de 2025, de //www.ahmm.co.uk/projects/residential/st-thomas-apartment/

Serra. (2016). J—A · Esquecido. https://www.jornalarquitectos.pt/pt/forum/esquecido/os-pavilhoes-do-parque-caldas-da-rainha

The remarkable restoration of Sheerness Dockyard Church. (sem data). Obtido 24 de março de 2026, de https://ww3.rics.org/uk/en/modus/built-environment/homes-and-communities/sheerness-dockyard-church.html

LEGENDA DE DESENHOS

DESENHO|1
Enquadramento do Parque D.Carlos I na cidade das Caldas da RainhaDesenho

DESENHO |2
Planta de Levantamento Piso 0

DESENHO |3
Planta de Levantamento Piso 1

DESENHO |4
Planta de Levantamento Piso 2

DESENHO |5
Planta de Levantamento Mansardas

DESENHO |6
Planta de Levantamento Coberturas

DESENHO |7
Levantamento Corte e Alçado Sudoeste

DESENHO |8
Levantamento Corte e Alçado Noroeste

DESENHO |9
Levantamento Corte e Alçado Nordeste

DESENHO |10
Levantamento Corte e Alçado Sudeste

DESENHO |11
Cortes Sudoeste e Sudeste Projeto de Intervenção

DESENHO |12
Plantas Projeto de intervenção piso 0 e piso 0.5

DESENHO |13
Cortes nordeste e noroeste Projeto de intervenção

DESENHO |14
Plantas Projeto de Intervenção Piso 1 e Piso 1.5

DESENHO |15
Plantas Projeto de Intervenção Piso 2 e Piso 2.5

DESENHO |16
Plantas Projeto de Intervenção Mansardas e coberturas

DESENHO |17
Esquema Quarto Visita e Familiar

DESENHO | 18
Esquema Quarto Suite

DESENHO | 19
Detalhe Conexão entre Novo e Existente

LEGENDA DE FIGURAS

FIGURA | 1 Pavilhões do Parque D.Carlos I, fotografia tipo postal, 2020
Fotografia de autoria própria

Figura | 2 Pavilhão central da fachada com frente para Parque D. Carlos I, 2026
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 3 A Estado de abandono no interior dos Pavilhões,
João Mota da Costa—E Agora. (2024, julho 7). https://joaomotadacosta.pt/e-agora/

FIGURA | 3 B Estado de abandono no interior dos Pavilhões
João Mota da Costa—E Agora. (2024, julho 7). https://joaomotadacosta.pt/e-agora/

FIGURA | 3 C Estado de abandono no interior dos Pavilhões
Ramalho, A. (2018, fevereiro 16). Pavilhões do Parque. Abandonados.pt - Lugares Abandonados em Portugal. https://www.abandonados.pt/pavilhoes-do-parque/

FIGURA | 4 Enquadramento do Parque D.Carlos I, vista área, 2025
Google Earth

FIGURA | 5 A a G Infraestruturas relevantes das Caldas da Rainha, postais ilustrados
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 6 A a G Infraestruturas relevantes das Caldas da Rainha, 2026
Fotografias de autoria própria

FIGURA | 7 Piscina da Rainha, 2025
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 8 Gravura de 1747 do primitivo Hospital Termal
Pinto, H., & Mangorrinha, J. (2007). Das Caldas do Populus à Cidade Aberta à Humanidade. Revista de História de Arte Nº4.

FIGURA | 9 Hospital Termal e Balneário Novo (Casa da Convalescença),no Largo Rainha D.Leonor, 2026
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 10 Estação do Caminho de Ferro
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 11 Hospital Termal antes das obras de ampliação, postal ilustrado
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 12 Hospital Termal, postal ilustrado, 1903
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 13 Pavilhões do Parque D. Carlos I e Salão Ibéria (lado direito)
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 14 Placas colocadas no alçado noroeste, da Escola Superior de Educação de Leiria e da Escola Empresarial do Oeste
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 15 A e B Patologias no exterior e interior dos Pavilhões
Simões, P. (2019). Pavilhões do Parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha: Uma proposta de intervenção. Universidade de Coimbra.

FIGURA | 15 C Patologias no exterior e interior dos Pavilhões
J—A · Esquecido. (2016). Obtido 9 de março de 2026, de https://www.jornalarquitectos.pt/pt/forum/esquecido/os-pavilhoes-do-parque-caldas-da-rainha

FIGURA | 15 D Patologias no exterior e interior dos Pavilhões
O projeto de Berquó. (sem data). NiT. Obtido 26 de março de 2025, de https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/10-22-2016-edificios-abandonados-as-ruinas-dos-pavilhoes-no-parque-das-caldas-da-rainha/attachment/45951

FIGURA | 16 Rua Andrade no Parque D. Carlos I, 2026
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 17 Rua Andrade no Parque D. Carlos I, postal ilustrado
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 18 Fotografia aérea do Parque D. Carlos I, final dos anos 20
ANTIGOS ALUNOS DO E.R.O.: Caldas da Rainha, anos 20. (sem data). Obtido 24 de abril de 2026, de https://externatoramalhoortigao.blogspot.com/2011/11/caldas-da-rainha-anos-20.html

FIGURA | 19 Pavilhão Central do Parque D.Carlos I, 2026
Fotografia de autoria própria

FIGURA | 20 Pavilhões Parque D.Carlos I refletidos no lago, postal ilustrado
Arquivo digital: Caldas da Rainha em postais ilustrados. (sem data). Obtido 9 de abril de 2026, de http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/Postais4/CaldasRaiPost40.htm

FIGURA | 21 Detalhe construído das vigas e cobertura nas mansardas
Simões, P. (2019). Pavilhões do Parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha: Uma proposta de intervenção. Universidade de Coimbra.

FIGURA | 22 Detalhe construído da laje vista de baixo
Simões, P. (2019). Pavilhões do Parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha: Uma proposta de intervenção. Universidade de Coimbra.

FIGURA | 23 Projeto para o novo Hospital Real das Caldas da Rainha, 1ª Versão, digitalização
Mangorrinha, J. (1999). Pavilhões Do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha.

FIGURA | 24 Projeto para o Hospital Real das Caldas da Rainha, 2ª Versão, digitalização
Mangorrinha, J. (1999). Pavilhões Do Parque, Património e Termalismo nas Caldas da Rainha.

FIGURA | 25 A Casos de estudo apresentados
The remarkable restoration of Sheerness Dockyard Church, de https://ww3.rics.org/uk/en/modus/built-environment/homes-and-communities/sheerness-dockyard-church.html

FIGURA | 25 B Casos de estudo apresentados
Born again: CLS Architects turn a church into their Milan HQ. The Spaces. https://thespaces.com/born-again-cls-architects-turn-a-church-into-their-milan-hq/

FIGURA | 25 C Casos de estudo apresentados
A shop in a church by Merkx + Girod Architecten. Dezeen. https://www.dezeen.com/2007/12/04/a-shop-in-a-church-by-merkx-girod-architecten/

FIGURA | 25 D Casos de estudo apresentados

St Thomas' Apartment / Allford Hall Monaghan Morris | AHMM. Obtido 8 de dezembro de 2025, de // www.ahmm.co.uk/projects/residential/st-thomas-apartment/

FIGURA | 26 Pavilhão Central do Parque D.Carlos I visto através do lago, 2026

Fotografia de autoria própria

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Inês Alegria Martins Gonçalves

Projeto de Conservação Adaptativa dos Pavilhões do Parque D.Carlos I: Um Património Termal no coração das Caldas da Rainha

[Volume II]

Trabalho de Projeto
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Construção e Tecnologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Vincenzo Riso

julho de 2026

ANEXOS

ÍNDICE

PLANTAS LOCALIZAÇÃO

PLANTA LOCALIZAÇÃO PARQUE D.CARLOS I

PLANTA LOCALIZAÇÃO PAVILHÕES DO PARQUE D.CARLOS I

LEVANTAMENTO PLANTAS

PLANTA DE LEVANTAMENTO PISO 0

PLANTA DE LEVANTAMENTO PISO 1

PLANTA DE LEVANTAMENTO PISO 2

PLANTA DE LEVANTAMENTO MANSARDAS

PLANTA DE LEVANTAMENTO COBERTURAS

LEVANTAMENTO CORTES E ALÇADOS

LEVANTAMENTO CORTE E ALÇADO SUDOESTE

LEVANTAMENTO CORTE E ALÇADO NOROESTE

LEVANTAMENTO CORTE E ALÇADO NORDESTE

LEVANTAMENTO CORTE E ALÇADO SUDESTE

LEVANTAMENTO CORTES COM DETALHES CONSTRUTIVOS

PLANTAS PROJETO DE INTERVENÇÃO

PLANTAS PROJETO DE INTERVENÇÃO PISO 0 E PISO 0.5

PLANTAS PROJETO DE INTERVENÇÃO PISO 1 E PISO 1.5

PLANTAS PROJETO DE INTERVENÇÃO PISO 2 E PISO 2.5

PLANTAS PROJETO DE INTERVENÇÃO MANSARDAS E COBERTURAS

CORTES PROJETO DE INTERVENÇÃO

CORTES SUDOESTE E SUDESTE PROJETO DE INTERVENÇÃO

CORTES NORDESTE E NOROESTE PROJETO DE INTERVENÇÃO



PLANTA LOCALIZAÇÃO PARQUE D.CARLOS I

0 60 150m

PLANTA LOCALIZAÇÃO PAVILHÕES

0 8,0 30,0m

PLANTA PISO 0 (COTA 49,40m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 1 (COTA 56,02m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 2 (COTA 62,07m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA MANSARDAS (COTA 68,47m)

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA DE COBERTURAS

0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE SUDOESTE

0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE NOROESTE

0 2,0 8,0 20,0m



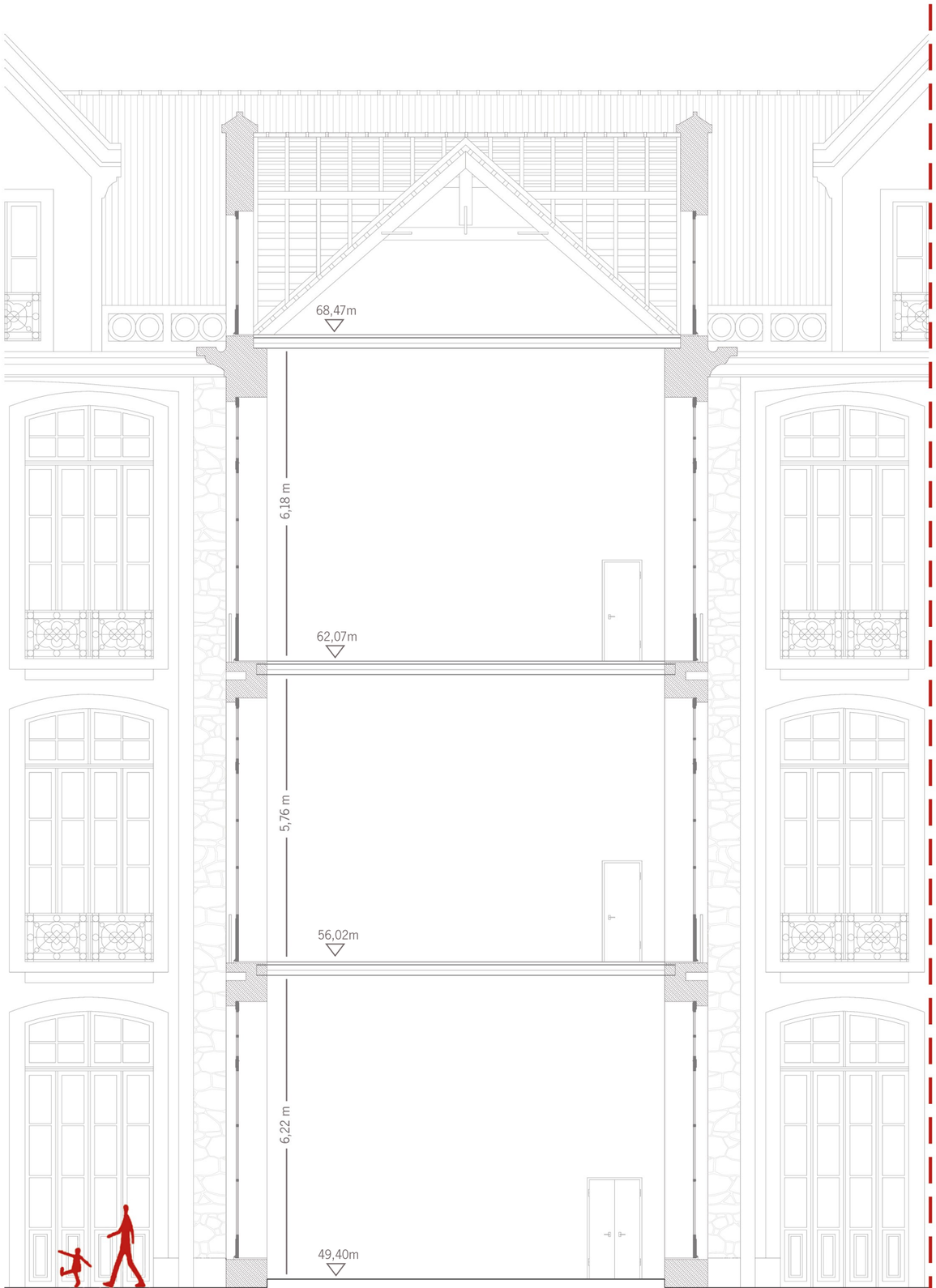
ALÇADO E CORTE NORDESTE

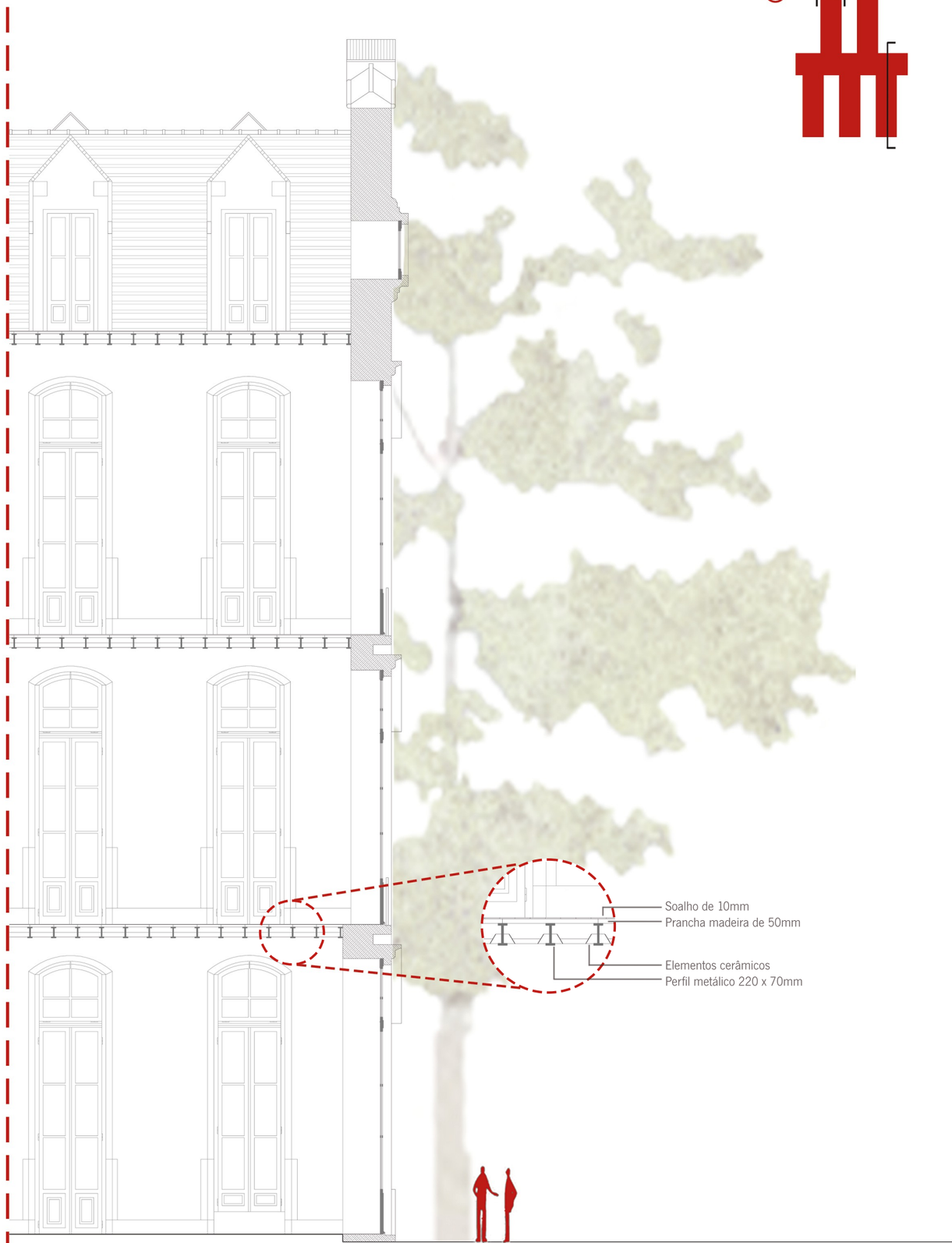
0 2,0 8,0 20,0m



ALÇADO E CORTE SUDESTE

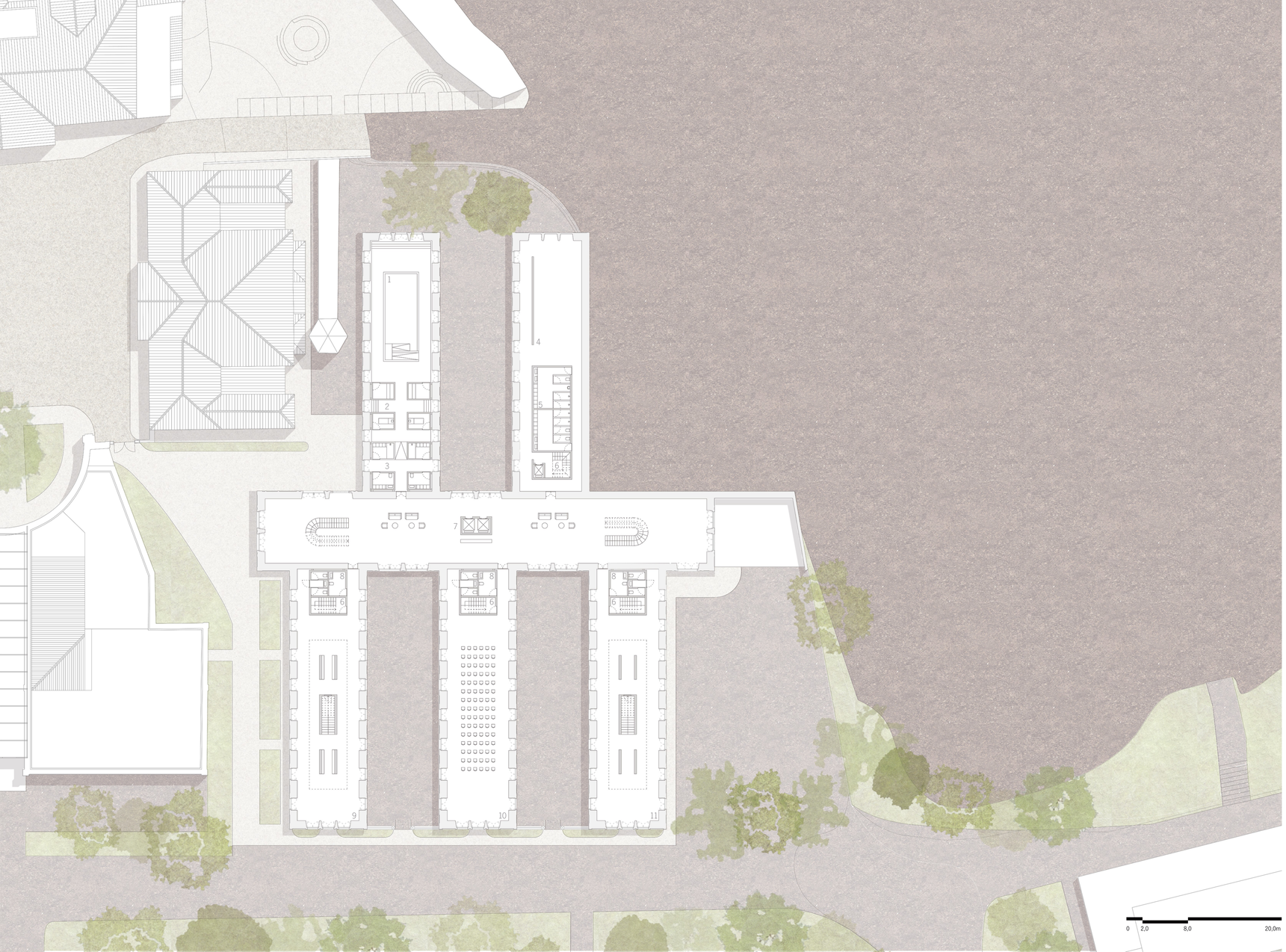
0 2,0 8,0 20,0m

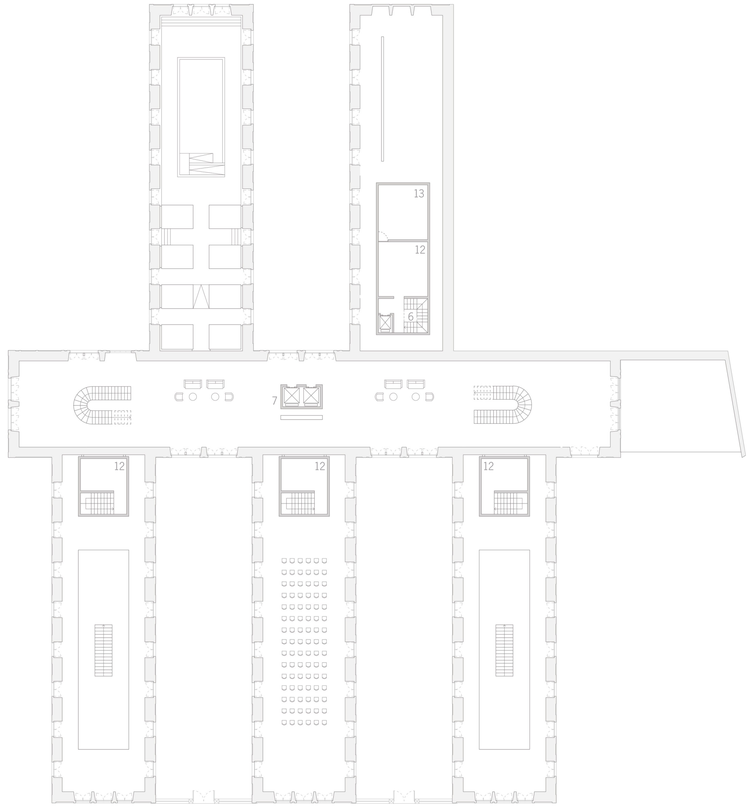




CORTES COM DETALHES CONSTRUTIVOS

0 2,0 6,0m



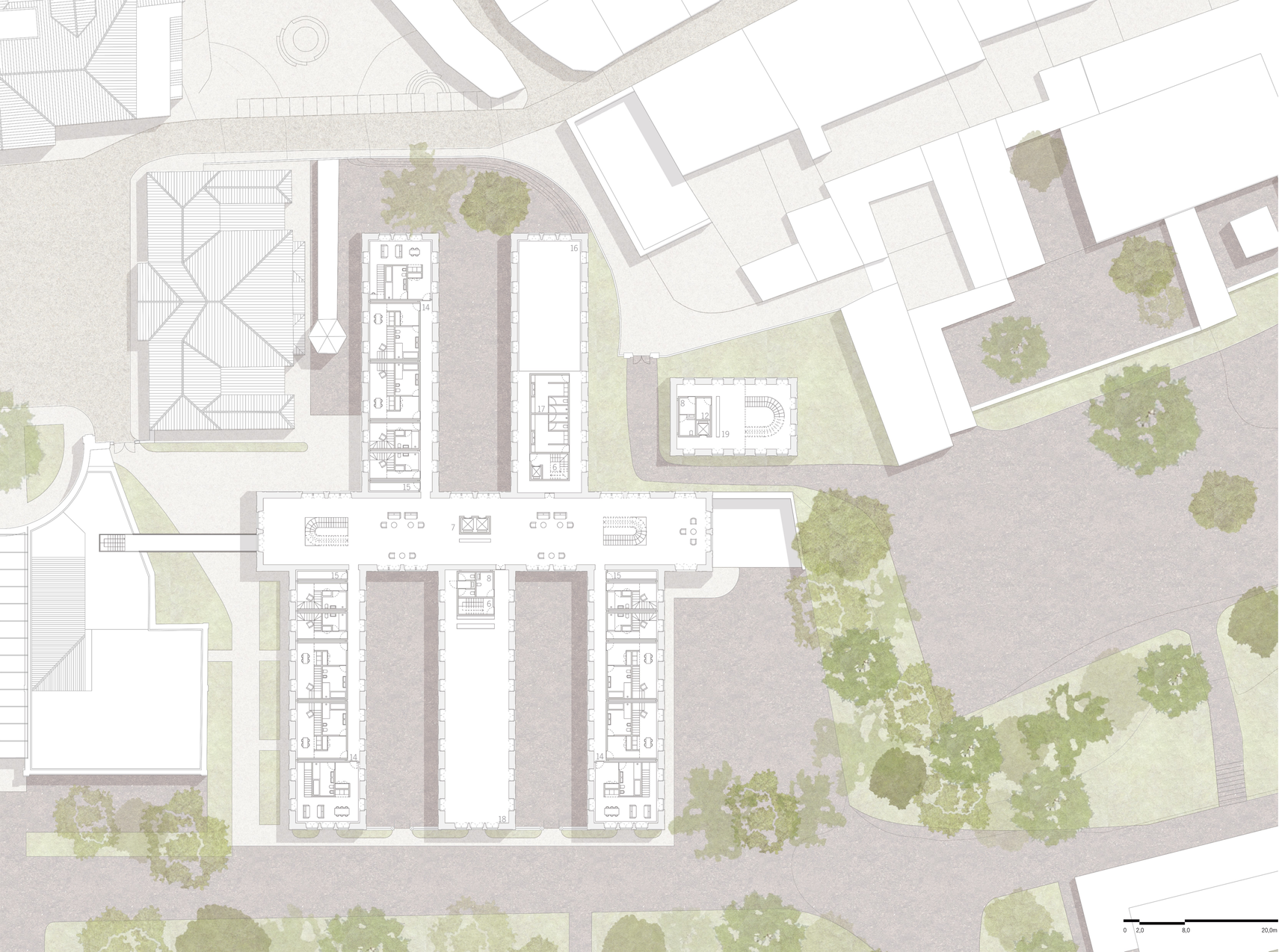


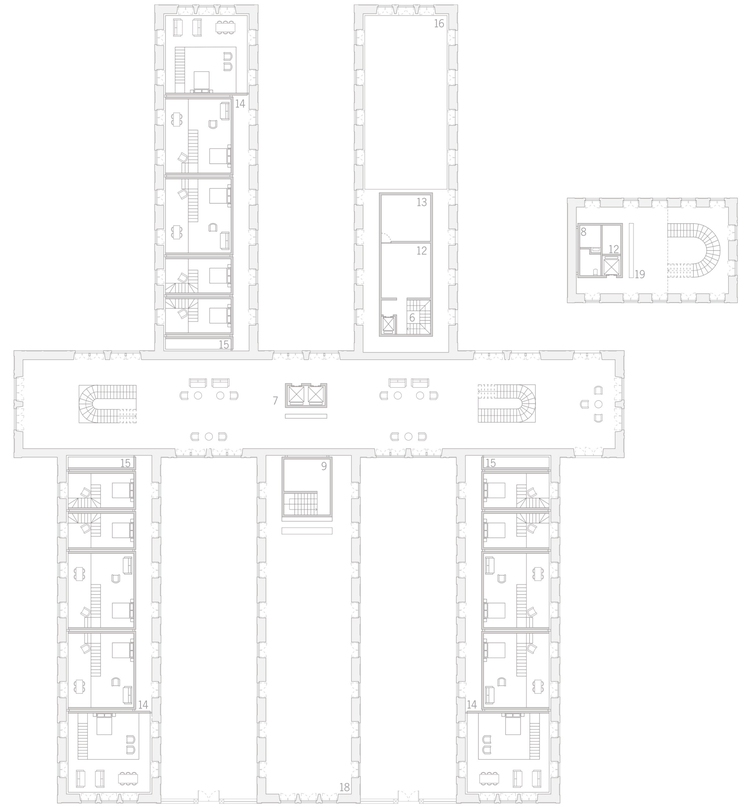
0 2,0 8,0 20,0m

LEGENDA:

1 PISCINA
2 SPA
3 BALNEÁRIOS SPA
4 LAVANDARIA E ZONA TÉCNICA
5 BALNEÁRIOS STAFF
6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
9 BIBLIOTECA
10 SALÃO POLIVALENTE
11 MUSEU
12 ARRUMOS
13 SALA DE APOIO

PLANTA PISO 0 (COTA 49,40m) E PLANTA PISO 0.5 (COTA 52,40m)



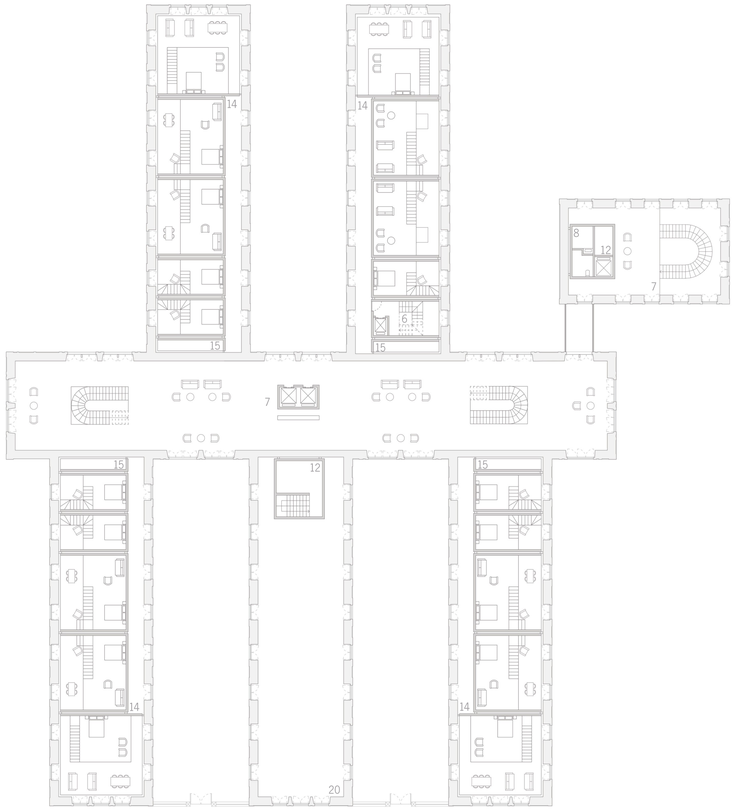


LEGENDA:

6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
12 ARRUMOS
13 SALA DE APOIO
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
16 GINÁSIO
17 BALNEÁRIOS GINÁSIO
18 LOUNGE BAR
19 RECEÇÃO

PLANTA PISO 1 (COTA 56,02m) E PLANTA PISO 1.5 (COTA 59,02m)



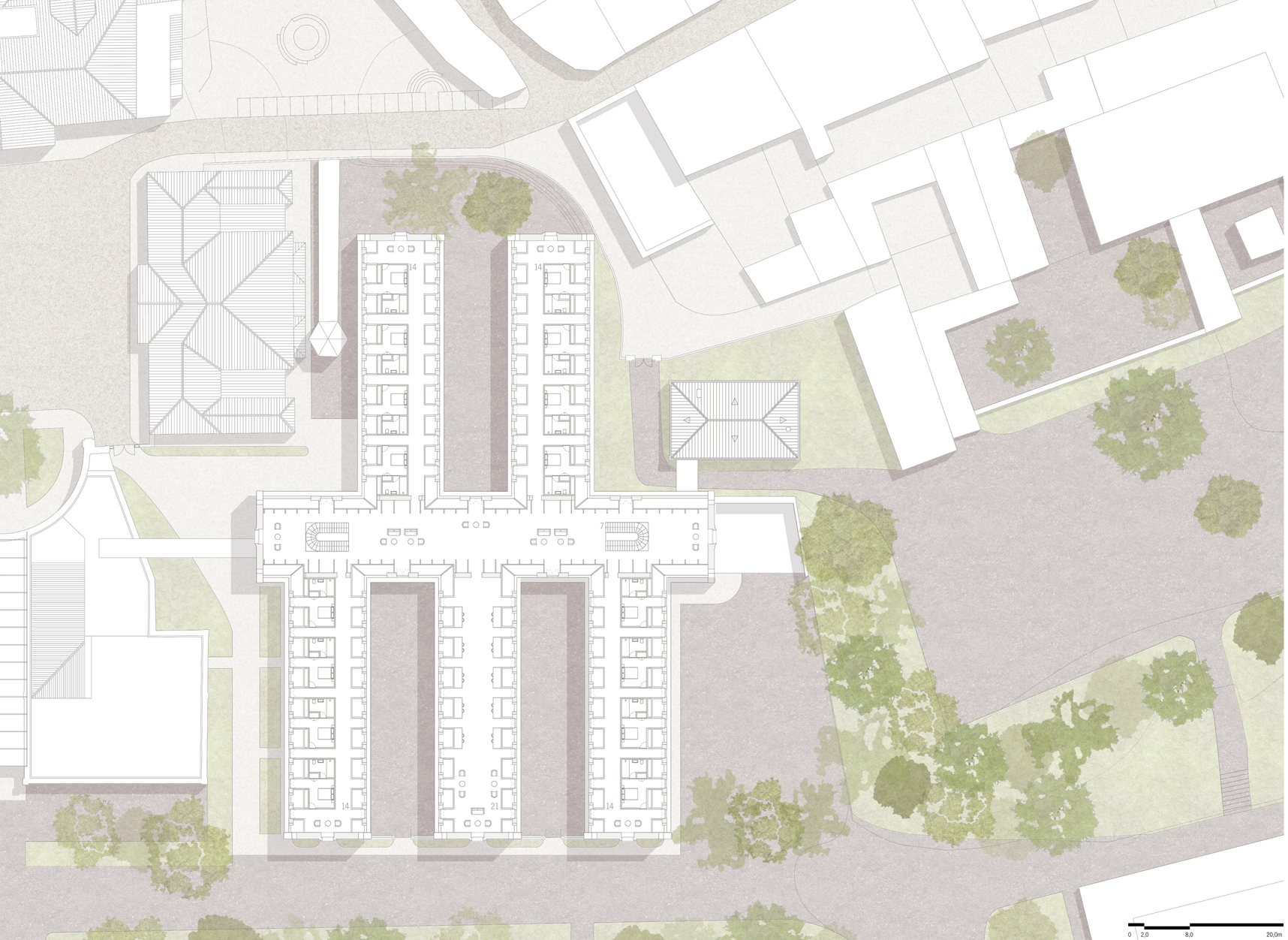


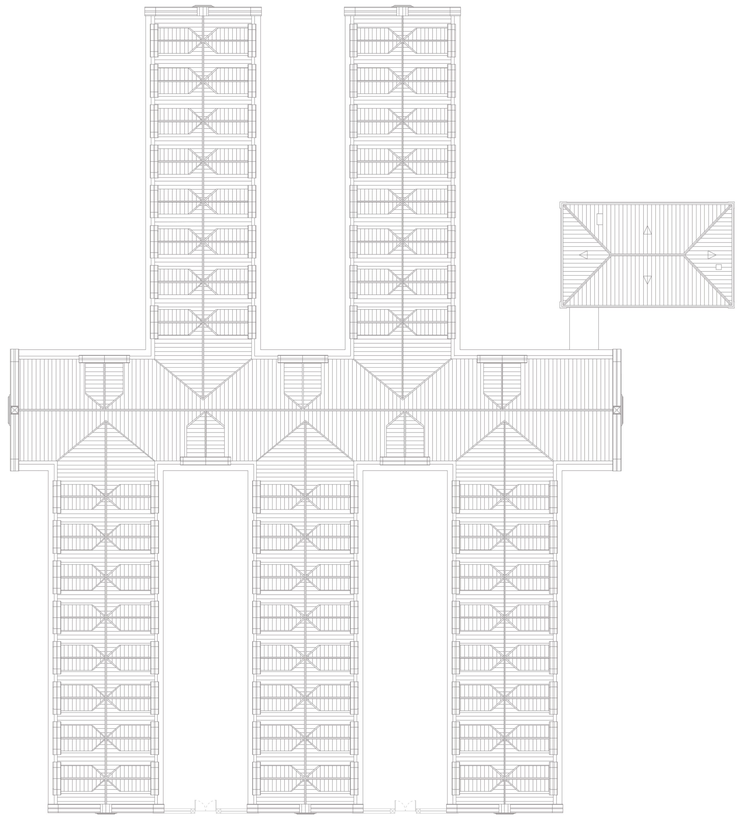
LEGENDA:

6 ACESSOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
8 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
12 ARRUMOS
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
20 LOUNGE CONVÍVIO

0 2,0 8,0 20,0m

PLANTA PISO 2 (COTA 62,07m) E PLANTA PISO 2.5 (COTA 65,07m)

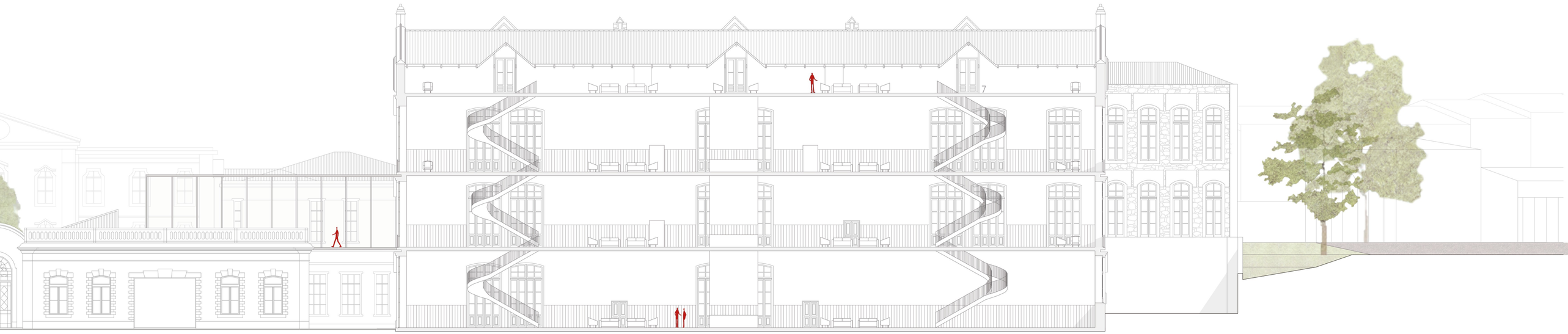




LEGENDA:

7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
14 QUARTOS
21 ZONA DE LEITURA E REPOUSO

PLANTA PISO MANSARDAS (COTA 68,47m) E PLANTA DE COBERTURAS



LEGENDA:

7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
11 MUSEU
12 ARRUMOS
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA

CORTES SUDOESTE E SUDESTE

0 2,0 8,0m





LEGENDA:

1 PISCINA
2 SPA
3 BALNEÁRIOS SPA
5 BALNEÁRIOS STAFF
7 ZONA DE ACESSOS VERTICAIS
13 SALA DE APOIO
14 QUARTOS
15 ÁREA TÉCNICA
17 BALNEÁRIOS STAFF

CORTES NORDESTE E NOROESTE

0 2,0 8,0m